União das Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos

Município de Felgueiras

Ata nº 2
Anexos

Ordem do dia

Ata nº 2
13.11.2013

Proposta

De acordo com a política de proximidade assumida por este executivo e na necessidade de haver um órgão de análise e de mediação extra executivo, unicamente com poderes aconselhadores e de assessoria.

De reforçar que a presente proposta não acrescentará nenhum custo à união das Freguesias

-Pelo exposto, propõe-se que:

Que o executivo delibere, aprovar a criação do gabinete do provedor.

Macieira da Lixa e Caramos, 13 de Novembro de 2013

O presidente da União

(Marco César Teixeira da Silva)

DELIBERAÇÃO: - O executivo delibera aprovar a proposta. Esta deliberação foi tomada por unanimidade.----------

2.14

União das Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos
Município de Felgueiras

Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2013

Índice

Revisão Orçamento 2013 3

Retificação às Grandes Opções do Plano 2013 7

Revisão Orçamento 2013

ANO: 2013

ORÇAMENTO

Revisão nº 1

(UNIDADE: EURO)

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		RECEITA CORRENTE				OBS.
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	PREVISÃO INICIAL	MODIFICAÇÕES ORÇAMENT. INSCRIÇÃO REFORÇO	MODIFICAÇÕES ORÇAMENT. DIMINUIÇÃO ANULAÇÃO	PREVISÃO CORRIGIDA	
01	**Impostos directos**					
01.02	Outros					
01.02.02	IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis	362,45	0,90		363,35	
04	**Taxas, Multas e outras penalidades**					
04.01	Taxas					
04.01.23	Taxas Específicas das Autarquias Locais					
04.01.23.04	Canídeos	598,90	81,90		680,80	
04.01.23.08	Certificação Fotocópias	10,00			10,00	
04.01.23.09	Atestados	316,00	72,00		388,00	
04.01.23.10	Fotocópias	14,10	1,70		15,80	
04.01.23.11	Cemitério	663,50			663,50	
04.01.23.99	Outras					
04.01.23.99.01	Concessões de Terrenos no Cemiterio Paroquial	8.800,00			8.800,00	
04.01.23.99.02	Taxa pela Emissão de Certificado de Registo				0,00	
04.01.23.99.02.01	Enterramentos (Entradas no Cemitério)	440,00	40,00		480,00	
04.01.23.99.02.02	Serviço de Inumação/ Exumação	105,00			105,00	
04.01.23.99.02.03	Alvarás, Averbamento e Afins	150,00			150,00	
04.01.23.99.03	Assento na Casa Mortuária	190,00	20,00		210,00	
06	**Transferências correntes**					
06.01	Sociedades e Quase Soc. Não Financeiras					
06.01.02	Privadas					
06.01.02.01	Transferências Correntes - Soc. Privadas	158,49	1,83		160,32	
06.03	Administração Central					
06.03.01	Estado					
06.03.01.04	Fundo de Financiamento das Freguesias	59.003,00	8.141,00		67.144,00	
06.05	Administração Local					
06.05.01	Continente					
06.05.01.01	Município de Felgueiras					
06.05.01.01.01	Protocolo Deleação de Competencias	5.902,50	1.967,50		7.870,00	
06.05.01.01.02	Prémios de Participação	1.000,00			1.000,00	
06.05.01.01.03	Estorno Resíduos Sólidos	97,71			97,71	
06.08	Famílias				0,00	
06.08.01	Famílias	910,00			910,00	
07	**Vendas de Bens e Serviços**					
07.01	Venda de Bens					
07.01.06	Produtos Agrícolas e Pecuários	2.050,00			2.050,00	
08	**Outras Receitas Correntes**					
08.01	Sociedades e quase sociedades não financeiras					
08.01.99	Outras	4.813,00			4.813,00	
09	Venda de Bens de Investimento					
09.04	Outros Bens de Investimento					
09.04.10	Famílias					
09.04.10.01	Cemitérios	10.000,00			10.000,00	
	TOTAL DA RECEITA CORRENTE	**95.584,65**	**10.326,83**	**0,00**	**105.911,48**	

ORÇAMENTO

Revisão nº 1

(UNIDADE: EURO)

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DESPESA CORRENTE					OBS.
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	MODIFICAÇÕES ORÇAMENT. INSCRIÇÃO REFORÇO	MODIFICAÇÕES ORÇAMENT. DIMINUIÇÃO ANULAÇÃO	REPOSIÇÕES ABATIDAS AOS PAGAMENTOS	DOTAÇÃO CORRIGIDA	
01	**Despesas com o pessoal**						
01.01	Remunerações certas e permanentes						
01.01.09	Pessoal em qualquer outra situação						
01.01.09.01	Contrato Emprego Inserção - IEFP	1.004,74	440,18			1.444,92	
01.01.09.02	Estágio Emprego - IEFP	0,00	260,85			260,85	
01.01.09.03	Outros	0,00	1.581,40			1.581,40	
01.01.10	Gratificações						
01.01.10.01	Membros dos órgãos autarquicos						
01.01.10.01.01	Órgão executivo	12.035,07	4.767,99			16.803,06	
01.01.10.01.02	Órgão deliberativo	577,08	549,60			1.126,68	
01.03	Segurança social						
01.03.09	Seguros						
01.03.09.01	Seguros de ac. trabalho e doenças profissionais		336,89			336,89	
02	**Aquisição de bens e serviços**						
02.01	Aquisição de bens						
02.01.04	Limpeza e higiene	275,92	565,31			841,23	
02.01.08	Material de escritório	677,51	115,90			793,41	
02.01.11	Material de Uso Clínico	38,53	27,18			65,71	
02.01.17	Ferramentas e Utensílios	1.902,71	541,71			2.444,42	
02.01.19	Artigos Honoríficos e de Decoração	180,00				180,00	
02.01.20	Material de educação, cultura e recreio	4.201,45	572,13			4.773,58	
02.01.21	Outros bens	2.766,13	466,43			3.232,56	
02.02	Aquisição de serviços					0,00	
02.02.01	Encargos das instalações	2.665,67	724,30			3.389,97	
02.02.02	Limpeza e higiene	1.503,52				1.503,52	
02.02.03	Conservação de bens	172,57				172,57	
02.02.09	Comunicações	3.276,70	1.460,84			4.737,54	
02.02.10	Transportes	2.550,00	2.500,00			5.050,00	
02.02.12	Seguros						
02.02.12.01	Seguros: Responsabilidade Civil	213,41				213,41	
02.02.12.03	Seguros: Multi-Riscos	716,12				716,12	
02.02.14	Estudos, Pareceres, Projectos e Consultadoria	5.962,50	904,65			6.867,15	
02.02.17	Publicidade	118,24	176,82			295,06	
02.02.18	Vigilância e segurança	130,00	320,00			450,00	
02.02.20	Outros trabalhos especializados	3.752,73	2.472,98			6.225,71	
02.02.25	Outros serviços	3.678,12				3.678,12	
	.....continuação	48.398,72	18.785,16	0,00	0,00	67.183,88	

ANO: 2013

ORÇAMENTO

Revisão nº 1

(UNIDADE: EURO)

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DESPESA CORRENTE					OBS.
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	MODIFICAÇÕES ORÇAMENT. INSCRIÇÃO REFORÇO	MODIFICAÇÕES ORÇAMENT. DIMINUIÇÃO ANULAÇÃO	REPOSIÇÕES ABATIDAS AOS PAGAMENTOS	DOTAÇÃO CORRIGIDA	
	.....continuação	48.398,72	18.785,16	0,00	0,00	67.183,88	
04	**Transferências correntes**						
04.07	Instituições sem fins lucrativos					1.225,00	
04.07.01	Associações	1.225,00				500,00	
04.07.03	Comissões de Festas	500,00					
05	**Subsídios**						
05.02	Instituições Paroquiais					5.000,00	
05.02.01	Fábrica Paroquial: Casa Mortuária Macieira	5.000,00				6.897,61	
05.02.02	Fábrica Paroquial: Adro Igreja Caramos		6.897,61				
05.03	Instituições Diversas					2.383,63	
05.03.01	Instituições Diversas: Gabinete	2.383,63				100,00	
05.03.02	Instituições Diversas: Comissão/Rádio Felgueiras	100,00					
06	**Outras Despesas Correntes**						
06.02	Diversas						
06.02.03	Outras					275,00	
06.02.03.01	Setor Municipal de Apoio às Juntas de Freguesia	275,00					
06.02.03.05	Outras					581,25	
06.02.03.05.01	Retenção Empresarial/ Profissional		581,25			50,00	
06.02.03.05.01	Registo Nacional Pessoas Coletivas		50,00				
	TOTAL DA DESPESA CORRENTE	57.882,35	26.314,02	0,00	0,00	84.196,37	

ANO: 2013

ORÇAMENTO

Revisão nº 1

(UNIDADE: EURO)

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DESPESA DE CAPITAL					OBS.
			MODIFICAÇÕES ORÇAMENT.		REPOSIÇÕES ABATIDAS AOS PAGAMENTOS	DOTAÇÃO CORRIGIDA	
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	INSCRIÇÃO REFORÇO	DIMINUIÇÃO ANULAÇÃO			
07	**Aquisição de bens de capital**						
07.01	Investimentos						
07.01.04	Construções diversas						
07.01.04.01	Viadutos, arruamentos e obras complementares	42.180,88	4.999,21			47.180,09	
07.01.04.04	Iluminação Pública	424,77				424,77	
07.01.04.06	Instalações desportivas e recreativas		2.211,54			2.211,54	
07.01.04.07	Captação e distribuição de água	10.578,01	1.000,00			11.578,01	
07.01.04.09	Sinalização e Trânsito	269,99				269,99	
07.01.04.12	Cemitério Paroquial	11.377,00				11.377,00	
	TOTAL DA DESPESA DE CAPITAL	64.830,65	8.210,75	0,00	0,00	73.041,40	

RESUMO

(UNIDADE : EURO)

RECEITA	
Correntes	105.911,48
Capital	11.246,00
TOTAL	**117.157,48**

(UNIDADE : EURO)

DESPESA	
Correntes	84.196,37
Capital	73.041,40
TOTAL	**157.237,77**

Retificação às Grandes Opções do Plano 2013

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

Revisão n.º:1 | ANO: 2013

(UNIDADE: EURO)

Objectivo (Funções)	Classificação económica	Nº do Projecto ou acção	Designação do projecto / acção	Datas		Freguesia (1)	DESPESAS								Modificações (+ / -)
							ANO: 2013					Anos seguintes			
							Total		Financiamento definido		Financiamento não definido				
				Início	Fim		Dotação actual	Dotação corrigida	Dotação actual	Dotação corrigida		2014	2015	2016	
nómica	07.01.04.01		Colocação de Paralelo nas Valetas e Manutenção da Rede de Águas Pluviais na Rua Costeira do Pereirinha e Largo da Costa Rosa	2012	2013	M	7.567,15	7.567,15	7.567,15	7.567,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Económica	07.01.04.01		Colocação de Paralelo nas Valetas da Rua da Maçorra	2013	2013	M	4.766,92	4.766,92	4.766,92	4.766,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Económica	07.01.04.01		Requalificação do Largo do Cruzeiro	2013	2013	M	761,30	761,30	761,30	761,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Económica	07.01.04.01		Manutenção da Rede de Águas Pluviais na Rua dos Lagareiros	2013	2013	M	225,20	225,20	225,20	225,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Económica	07.01.04.01		Manutenção dos Itineráreios Locais de Freguesia	2013	2013	M	3.787,11	3.845,11	3.787,11	3.845,11	0,00	0,00	0,00	0,00	58,00
Social	07.01.04.07		Manutenção de Fontenário da Freguesia (Rua dos Caritéis; Rua de Crestins; Rua do Souto Novo; Rua do Cristelo)	2013	2013	M	3.130,02	3.130,02	3.130,02	3.130,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Económica	07.01.04.01		Colocação de Paralelo no Entroncamento da Rua do Rio e Rua D' Ameira	2013	2013	M	1.476,00	1.476,00	1.476,00	1.476,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Social	07.01.04.04		Iluminação Pública	2013	2013	M	424,77	424,77	424,77	424,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Social	07.01.04.09		Sinalização e Trânsito	2013	2013	M	269,99	269,99	269,99	269,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Social	07.01.04.06		Manutenção das Instalações Desortivas: Vedação Campo Futebol	2013	2013	M	0,00	2.211,54	0,00	2.211,54	0,00	0,00	0,00	0,00	2.211,54
Económica	07.01.04.01		Viad., Arruamentos e Obras Complementares	2013	2013	C	13.597,20	15.538,41	13.597,20	15.538,41	0,00	0,00	0,00	0,00	1.941,21
Económica	07.01.04.01		Rua das Penas - Higino Pinheiro & Irmãos (dívida 2007)			C	10.000,00	13.000,00	10.000,00	13.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Social	07.01.04.07		Fontenário - Lamas do Conde	2013	2013	C	7.447,99	7.447,99	7.447,99	7.447,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Social	07.01.04.07		Fontenários: Limpeza e Desinfeção	2013	2013	C	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Social	07.01.04.12		Cemitério Paroquial	2013	2013	C	11.377,00	11.377,00	11.377,00	11.377,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
			TOTAL GERAL				**64.830,65**	**73.041,40**	**64.830,65**	**73.041,40**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**8.210,75**

OBSERVAÇÕES: A execução dos programas e projectos / acção, é da responsabilidade do orgão executivo
(1) M - Macieira; C - Caramos

Esta revisão é constituída por 7 páginas devidamente numeradas e autenticadas, incluindo a sua capa e anexos

O órgão executivo	*O órgão deliberativo*
Em 11 de Dezembro de 2013	*Em____de_____de_____*

2.15

União de Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos
Município de Felgueiras

Ordem do dia

Ata nº 3
11.12.2013

Proposta

Como é nosso lema apoiar os estabelecimentos de ensino e toda a comunidade escolar, pela sua importância estrutural na nossa sociedade e no futuro das nossas gerações, e estando nós numa época de Natal onde reina a magia e a alegria espacialmente nas crianças.

-Pelo exposto, propõe-se que:

Que o executivo delibere, aprovar a compra de prendas de Natal para todas as crianças e colaboradores dos Centros Escolares desta união.

Macieira da Lixa e Caramos, 10 de Dezembro de 2013

O presidente da União

(Marco César Teixeira da Silva)

DELIBERAÇÃO: - O executivo delibera aprovar a proposta. Esta deliberação foi tomada por unanimidade.----------

2.16

União de Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos
Município de Felgueiras

Ordem do dia

Ata nº 3
11.12.2013

Proposta

De acordo com a política assumida por esta união de proximidade e de apoio à cultura e aos movimentos cívicos que impulsionem a nossa sociedade, região e as suas gentes.

-Pelo exposto, propõe-se que:

Que o executivo delibere, aprovar a compra de alguns exemplares do livro "A Poesia e a Vida" do poeta Lixense Zé Manuel da Lixa, assim sendo estará a apoiar o poeta e a cultura Lixense.

Macieira da Lixa e Caramos, 10 de Dezembro de 2013

O presidente da União

(Marco César Teixeira da Silva)

DELIBERAÇÃO: - O executivo delibera aprovar a proposta. Esta deliberação foi tomada por unanimidade.----------

2.13

Orçamento e Grandes Opções do Plano 2014

Índice

Preâmbulo 3

Introdução 4

Orçamento 5

Grandes Opções do Plano 10

Análise Gráficos 11

Preâmbulo

O exercício de cargos públicos ensina os seus membros que cada decisão, cada opção tem como destinatário as "pessoas", isto é, as decisões têm consequências na vida dos que "servimos".

O documento que se apresenta é decorrente da actual situação financeira do país, que como todos sabemos atravessa uma crise económica acentuada, o que tem trazido às Freguesias grandes constrangimentos financeiros, nomeadamente na diminuição das verbas do FFF e no novo quadro de competências atribuído às Freguesias.

O orçamento para 2014, como reflexo desta conjuntura, procura o ajustamento das contas da Autarquia a esta realidade.

Este orçamento é de extrema importância para a resolução da dívida ao fornecedor Higino Pinheiro & Irmãos (ano 2007) e o apoio a associações culturais, sociais, recreativas e desportivas e demais parceiros da União das Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos, com o firme propósito de sanear as contas da autarquia e de dinamizar a economia local.

São muitas as dificuldades que têm que ser consideradas, mas não se pode descurar o desenvolvimento das funções sociais e económicas, pois são os pilares que vão permitir alavancar o caminho para um futuro melhor.

O Presidente da União,

Marco César Teixeira da Silva

Introdução

O Orçamento e as Grandes Opções do Plano para o ano 20143 constituem documentos previsionais de gestão de importância vital na gestão pública da Freguesia, elaborados nos termos da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro e na redação dada pela Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, e o estabelecido no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), definido pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro e ratificado pelas alterações posteriormente introduzidas[1].

A elaboração do Orçamento cumpre determinações legais que implicaram obrigatoriamente contenção de despesas de funcionamento e maior seletividade nas despesas de investimento.

No Orçamento apresentam-se as receitas previstas para o ano de 2014 e a aplicação dessas receitas, ou seja, as despesas a realizar. As despesas englobam: as despesas correntes, que resultam do normal funcionamento da autarquia, nomeadamente, encargos com o pessoal e com as instalações; e as despesas de capital que decorrem dos investimentos, sobretudo da realização de obras.

O Plano Plurianual de Investimentos (PPI) bem complementar o Orçamento e contem dados previsionais para um quadriénio. No PPI são detalhadas de forma individualizada todas as despesas de capital que a autarquia pretende realizar e as que se encontram concluídas, mas em débito ao fornecedor.

O Orçamento traduz as prioridades definidas, tendo em conta a situação financeira da União das Freguesias e os recursos disponíveis. Os documentos previsionais apresentados constituem assim, uma importância primordial para a gestão da União, pois neles estão definidas as aplicações das receitas.

[1] Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro (1.ª alteração do POCAL); Decreto-Lei nº 315/2000, de 2 de Dezembro (alteração ao POCAL); Decreto-Lei nº 84-A/2002, de 5 de Abril (alteração ao POCAL "Regras Previsionais"); e Decreto-Lei nº 26/2002, de 14 de Fevereiro.

Orçamento

ANO: 2014

ORÇAMENTO

(UNIDADE: EURO)

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		RECEITA CORRENTE				OBS.
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	PREVISÃO INICIAL	MODIFICAÇÕES ORÇAMENT. INSCRIÇÃO REFORÇO	MODIFICAÇÕES ORÇAMENT. DIMINUIÇÃO ANULAÇÃO	PREVISÃO CORRIGIDA	
01	**Impostos directos**					
01.02	Outros					
01.02.02	IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis	400,00			400,00	
04	**Taxas, Multas e outras penalidades**					
04.01	Taxas					
04.01.23	Taxas Especificas das Autarquias Locais					
04.01.23.04	Canideos	680,80			680,80	
04.01.23.08	Certificação Fotocópias	20,00			20,00	
04.01.23.09	Atestados	632,00			632,00	
04.01.23.10	Fotocópias	20,00			20,00	
04.01.23.11	Licença de Ruido	40,00			40,00	
04.01.23.99	Outras					
04.01.23.99.01	Taxa pela Emissão de Certificado de Registo					
04.01.23.99.01.01	Alvarás, Averbamentos e Afins	20,00			20,00	
04.01.23.99.01.02	Entrada no Cemitério (Taxa manutenção)	600,00			600,00	
04.01.23.99.01.03	Processo Trasladação	60,00			60,00	
04.01.23.99.01.04	Processo Transmissão	60,00			60,00	
04.01.23.99.02	Assento na Casa Mortuária (Não residentes)	100,00			100,00	
06	**Transferências correntes**					
06.01	Sociedades e quase-sociedades não financeiras					
06.01.01	Públicas					
06.01.01	Empresas públicas					
06.01.01.01	IEFP	6.308,88			6.308,88	
06.03	Administração Central					
06.03.01	Estado					
06.03.01.04	Fundo de Financiamento das Freguesias	66.232,00			66.232,00	
06.05	Administração Local					
06.05.01	Continente					
06.05.01.01	Município de Felgueiras	2.658,00			2.658,00	
07	**Vendas de Bens e Serviços**				0,00	
07.02	Serviços				0,00	
07.02.01	Aluguer de Espaços e Equipamentos				0,00	
07.02.01.01	Casa das Coletividades de Macieira da Lixa	50,00			50,00	
07.02.01.02	Salão Nobre Junta de Macieira	150,00			150,00	
07.02.01.03	Salão Nobre Junta de Caramos	150,00			150,00	
09	Venda de bens de investimento					
09.04	Outros bens de investimento					
09.04.10.01	Familias					
09.04.10.01.01	Concessões de terrenos no Cemitério					
09.04.10.01.01.01	Concessões de terrenos no Cemitério de Macieira	2.550,00			2.550,00	
09.04.10.01.01.02	Concessões de terrenos no Cemitério de Caramos	16.000,00			16.000,00	
	TOTAL DA RECEITA CORRENTE	**96.731,68**	**0,00**	**0,00**	**96.731,68**	

ANO: 2014

ORÇAMENTO

(UNIDADE: EURO)

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		RECEITA DE CAPITAL				
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	PREVISÃO INICIAL	MODIFICAÇÕES ORÇAMENT.		PREVISÃO CORRIGIDA	OBS.
			INSCRIÇÃO REFORÇO	DIMINUIÇÃO ANULAÇÃO		
10	**Transferências de capital**					
10.05	Administração local					
10.05.01	Continente					
10.05.01.01	Municipio de Felgueiras	16.458,00			16.458,00	
	TOTAL DA RECEITA DE CAPITAL	**16.458,00**	**0,00**	**0,00**	**16.458,00**	

ANO: 2014

ORÇAMENTO

(UNIDADE: EURO)

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DESPESA CORRENTE					
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	MODIFICAÇÕES ORÇAMENT.		REPOSIÇÕES ABATIDAS AOS PAGAMENTOS	DOTAÇÃO CORRIGIDA	OBS.
			INSCRIÇÃO REFORÇO	DIMINUIÇÃO ANULAÇÃO			
01	**Despesas com o pessoal**						
01.01	Remunerações certas e permanentes						
01.01.06	Contrato a termo						
01.01.06.04	Pessoal novos postos de trabalho-Administrativo	4.748,15				4.748,15	
01.01.09	Pessoal em qualquer outra situação						
01.01.09.01	Programas IEFP						
01.01.09.01.01	Contrato Emprego Inserção - CEI	2.311,14				2.311,14	
01.01.09.01.02	Estágio Emprego - EE	5.905,61				5.905,61	
01.01.10	Gratificações					0,00	
01.01.10.01	Membros dos órgãos autarquicos					0,00	
01.01.10.01.01	Orgão executivo	12.600,84				12.600,84	
01.01.10.01.02	Orgão deliberativo	494,64				494,64	
01.01.13	Subsisio de refeição	1.033,34				1.033,34	
01.01.14	Subsidio de férias e de Natal	970,00				970,00	
01.03	Segurança social					0,00	
01.03.05	Contribuições para a segurança social					0,00	
01.03.05.01	Pessoal novos postos de trabalho-Administrativo	1.685,38				1.685,38	
01.03.05.02	Estágio Emprego - EE	1.748,15				1.748,15	
01.03.09.01	Seguros de ac. Trabalho e doenças profissionais	150,00				150,00	
02	**Aquisição de bens e serviços**						
02.01	Aquisição de bens						
02.01.04	Limpeza e higiene	841,23				841,23	
02.01.08	Material de escritório	793,41				793,41	
02.01.11	Material de Uso Clinico	81,54				81,54	
02.01.17	Ferramentas e Utensilios	360,00				360,00	
02.01.20	Material de educação, cultura e recreio	1.144,26				1.144,26	
02.01.21	Outros bens	1.500,00				1.500,00	
02.02	Aquisição de serviços						
02.02.01	Encargos das instalações	3.389,97				3.389,97	
02.02.02	Limpeza e higiene	1.503,52				1.503,52	
02.02.03	Conservações de bens	172,57				172,57	
02.02.09	Comunicações	4.737,54				4.737,54	
02.02.10	Transportes	4.000,00				4.000,00	
02.02.12	Seguros						
02.02.12.03	Seguros: Multi Riscos	716,12				716,12	
02.02.16	Seminários, exposições e Similares	100,00				100,00	
02.02.17	Publicidade	295,06				295,06	
02.02.18	Vigilância e segurança	50,00				50,00	
	.....continuação	51.332,46	0,00	0,00	0,00	51.332,46	

ANO: 2014

ORÇAMENTO

(UNIDADE: EURO)

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DESPESA CORRENTE					OBS.
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	MODIFICAÇÕES ORÇAMENT. INSCRIÇÃO REFORÇO	MODIFICAÇÕES ORÇAMENT. DIMINUIÇÃO ANULAÇÃO	REPOSIÇÕES ABATIDAS AOS PAGAMENTOS	DOTAÇÃO CORRIGIDA	
	.....continuação	51.332,46	0,00	0,00	0,00	51.332,46	
02.02.20	Outros trabalhos especializados						
02.02.20.01	Eletricista	250,00				250,00	
02.02.20.02	Canalisador	200,00				200,00	
02.02.20.03	Jardinagem	2.658,00				2.658,00	
02.02.20.04	Contrução Civil	200,00				200,00	
02.02.20.05	Mineiro	250,00				250,00	
02.02.20.99	Outros	250,00				250,00	
02.02.25	Outros serviços	1.500,00				1.500,00	
04	**Transferências correntes**						
04.07	Instituições sem fins lucrativos						
04.07.01	Associações	2.250,00				2.250,00	
04.07.02	Agrupamento de Escolas	400,00				400,00	
04.07.03	Comissões de Festas	750,00				750,00	
04.07.04	Fábrica Paroquial	250,00				250,00	
	[redacted]						
	TOTAL DA DESPESA CORRENTE	60.290,46	0,00	0,00	0,00	60.290,46	

União das Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos
Município de Felgueiras

Controlo Interno

1 - RESPONSABILIDADES FUNCIONAIS

CARGOS	RESPONSABILIDADES / TAREFAS
PRESIDENTE Marco César Teixeira da Silva	- Atendimento ao público - Recepção e abertura de correio - Efetuar recebimentos - Realizar compras e pagamentos - Autorizar pagamentos - Proceder à assinatura de cheques - Conferência de contas bancárias e elaboração da respetiva reconciliação bancária - Aceder aos cofres - Controlo geral das atividades da autarquia - Salvaguardar de materiais e equipamentos à sua guarda
SECRETÁRIO António Joaquim Ribeiro da Silva	- Atendimento ao público - Efetuar Recebimentos - Realizar compras e pagamentos - Proceder à assinatura de cheques - Depósitos bancários - Aceder aos cofres - Salvaguardar de materiais e equipamentos à sua guarda - Regularização e controlo das existências
TESOUREIRO Liliana Patrícia Pires da Cunha	- Atendimento ao público - Efetuar recebimentos - Realizar compras e pagamentos - Acesso ao cofre - Proceder à emissão e assinatura de cheques - Depósitos bancários - Conferência de contas bancárias e elaboração da respetiva reconciliação bancária - Controlo de disponibilidades (caixa, fundo de maneio, banco, etc) - Salvaguarda de materiais, equipamentos e documentos à sua guarda - Registo de movimentos de tesouraria - Elaboração de orçamentos (despesas, PPI e receitas) - Elaboração das contas de gerência (controlo orçamental das receitas, controlo orçamental das despesas, execução PPI, fluxo de caixa e contas de ordem, e operações de tesouraria) - Atualização do Inventário de Imobilizações

a) O fundo de maneio apenas será utilizado para ocorrer a despesas inadiáveis, tais como, materiais de secretaria, combustíveis e outros;

b) A sua reconstituição será mensal em função de entrega de documentos justificativos das despesas efectuadas;

c) A sua reposição será no final de cada ano civil;

2.1.3 - A importância máxima permitida em numerário e existente em caixa, será de 300 euros, que uma vez ultrapassada deverá proceder-se a um depósito na conta bancária da autarquia, mantendo no entanto um valor mínimo nunca inferior ao total do fundo de maneio;

2.1.4 - A abertura de contas bancárias, tituladas em nome da autarquia, só é permitida e possível após deliberação do executivo, sendo movimentadas simultaneamente pelo Presidente, Secretária e Tesoureiro. Os cheques têm obrigatoriamente a assinatura do Presidente, do Secretário e da Tesoureira;

2.1.5 - Os cheques não preenchidos estão no cofre da autarquia e à guarda do tesoureiro, bem como os emitidos e que tenham perdido a validade ou tenham sido anulados, sendo devidamente arquivados;

2.1.6 - Mensalmente, Presidente e o Tesoureiro da autarquia, procederão à realização de reconciliações bancárias confrontando-se com os registos contabilísticos;

2.1.7 - Quaisquer que sejam as diferenças encontradas nas reconciliações, deverão ser regularizadas de imediato;

2.1.8 - Todos os cheques que se encontrem em trânsito e fiquem fora do prazo de validade serão cancelados junto da instituição bancária, efectuando-se os registos contabilísticos necessários de regularização;

2.1.9 - A virtualização da receita é evidenciada aquando da emissão do recibo para cobrança, sua cobrança e/ ou anulação;

2.1.10 - O estado de responsabilidade do tesoureiro pelos fundos, montantes e documentos entregues à sua guarda é verificado, na sua presença através de contagem

física do numerário e documentos sob a sua responsabilidade, a realizar pelo presidente e Secretário do executivo, nas seguintes situações:

a) Trimestralmente e sem aviso prévio;

b) No encerramento das contas de cada exercício económico;

c) No final e início de mandato;

d) Quando se verificar substituição do tesoureiro;

2.1.11 - São lavrados termos da contagem dos montantes sob a responsabilidade do tesoureiro, assinados pelos intervenientes e pelo tesoureiro apenas na situação constante da alínea d) do número anterior;

2.1.12 - Para efeitos de controlo de tesouraria e do endividamento são obtidos junto das instituições de crédito extractos de todas as contas ou obtidas on-line;

2.1.13 - O Tesoureiro responde directamente perante o órgão executivo pelo conjunto das importâncias que lhe são confiadas;

2.1.14 - A responsabilidade por situações de alcance não imputáveis ao tesoureiro estranha aos factos que as originaram ou mantêm, exceto se, no desempenho das suas funções de gestão, controlo e apuramento de importâncias, houver procedido com culpa.

2.2 – CONTAS DE TERCEIROS

2.2.1 - As compras são feitas pelos membros do executivo, com base em requisição externa ou contrato, após verificação do cumprimento das normas legais aplicáveis, nomeadamente, em matéria de assunção de compromissos, de concurso e de contratos;

2.2.2 – A entrega dos bens é feita no local mencionado na requisição, obrigatoriamente conferida fisicamente, qualitativa e quantitativa conforme guia de remessa ou factura;

2.2.3 – Na contabilidade são conferidas as facturas com guia de remessa e respectiva requisição externa;

2.2.4 – As facturas recebidas com mais de uma via, carecem da colocação da menção "ORIGINAL" e "DUPLICADO

União das Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos
Município de Felgueiras

Regulamento Dos Cemitérios

CAPÍTULO I

ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS

Artigo 1.º

Âmbito

1 – Os Cemitérios da União das Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos, destinam-se à inumação dos cadáveres de indivíduos naturais, falecidos ou residentes na área destas freguesias.

2 – Poderão ainda ser inumados nos Cemitérios desta Freguesia, observadas, as disposições legais e regulamentares:

a) Os cadáveres de indivíduos falecidos noutras freguesias do Concelho quando, por motivos de insuficiência do terreno, não seja possível a inumação nos respectivos cemitérios;

b) Os cadáveres de indivíduos falecidos fora da área da freguesia que se destinam a jazigos particulares ou sepulturas perpétuas;

c) Os cadáveres dos indivíduos não abrangidos nas alíneas anteriores, mediante a autorização do Presidente da União, concedidas em face de circunstâncias que se reputem ponderosas.

Artigo 2.º

Funcionamento

Os Cemitérios funcionam todos os dias de acordo com horário definido pela União das Freguesias.

Artigo 3.º

Deveres do Coveiro

1 – A recepção e inumação de cadáveres estarão a cargo dos coveiros que prestam serviço nos Cemitérios.

2 – Compete, ainda, ao coveiro:

a) Cumprir e fazer cumprir as disposições de presente regulamento, das leis e regulamentos gerais, das deliberações da União das Freguesias e ordens relacionadas com o serviço prestado;

b) A manutenção de limpeza dos cemitérios, no que se refere aos espaços onde haja sua intervenção para inumações;

c) Estar devidamente legalizado perante as Finanças e Segurança Social;

d) Proceder à emissão de fatura-recibo à entidade encarregada do funeral;

e)Seguro de Acidentes de trabalho e responsabilidade civil;

Artigo 4.º

Realização de obras

1 – A realização, por particulares, de quaisquer trabalhos nos cemitérios, nomeadamente obras de conservação, limpeza e reparação de jazigos ou campas e outras similares, ficam sujeitas a autorização e fiscalização por parte do órgão executivo.

2 – No âmbito do número anterior, são autorizados, com dispensa de quaisquer outras formalidades, os titulares como responsáveis pelos jazigos a procederem à limpeza das mesmas.

3 – A realização das atividades referidas no número anterior, quando realizadas por terceiros, será estritamente interdita sem conhecimento prévio, da União das Freguesias.

Artigo 5.º

Serviço de Registo e Expediente Geral

1 – Os serviços de registo e expediente geral estarão a cargo do presidente/ou do secretario da União das Freguesias, onde existirão para o efeito, um ficheiro de registos de inumações, trasladações, exumações, assim como, quaisquer outros registos considerados necessários ao bom funcionamento dos serviços.

2 – Pela prestação de serviços relativos à actividade do cemitério, fixados por lei a cargo da União das Freguesias, são cobradas taxas a definir anualmente na tabela de taxas da Autarquia.

CAPÍTULO II
CONCESSÃO DE TERRENOS

Artigo 6.º
Formalidades da Concessão de Terrenos

1 – Os terrenos dos cemitérios podem, mediante autorização da União das Freguesias, ser objecto de concessões de uso privativo, para instalação de sepulturas perpétuas e para a construção de jazigos particulares.

2 – As concessões de terrenos não conferem aos titulares nenhum título de propriedade ou direito real, mas somente o direito de aproveitamento com afectação nominativa em conformidade com as leis e regulamentos.

Artigo 7.º
Pedido de Concessão de Terrenos

O pedido para concessão de terreno para implantação de sepultura perpétua ou para construção de jazigo é feito através de requerimento, dirigido ao Presidente da União das Freguesia e nele deve constar a identificação do requerente, o talhão e o número da sepultura ou local para jazigo, pretendidos.

Artigo 8.º
Decisão de Concessão de Terrenos

1 – Decidida a concessão por deliberação da União das Freguesias, será comunicada ao requerente, informando-o da decisão e solicitando a presença dele, no prazo de oito dias, para pagamento da taxa devida e levantamento do respectivo alvará.

2 – Da deliberação de concessão de terreno para implantação de sepultura perpétua ou de jazigo, constará, caso seja necessário, o prazo máximo dado ao requerente para a realização das obras de construção da sepultura perpétua ou edificação do jazigo.

3 – O não cumprimento dos prazos fixados, implicam para o concessionário a perda da concessão, das taxas pagas e de todos os materiais porventura colocados no terreno.

4 – Os prazos poderão ser prorrogados em casos especiais e devidamente fundamentados pelo concessionário, por escrito, sendo a decisão tomada por deliberação do Executivo da Freguesia.

Artigo 9.º

Alvará de Concessão de Terrenos

1 – A concessão de terrenos é titulada por Alvará, a emitir pela União das Freguesias.

2 – A autorização de cedência gratuita feita pelo primeiro titular a favor de outro(s), é titulada por emissão de Alvará, em nome do novo, ou novos, concessionários.

3 – Do Alvará constarão os elementos de identificação do concessionário ou concessionários, morada e as referências necessárias ao jazigo ou sepultura perpétua.

Artigo 10.º

Obrigações do Concessionário de Jazigo ou Sepultura Perpétua

1 – O concessionário de jazigo ou sepultura perpétua que, a pedido do interessado legítimo, não faculte a respectiva abertura do jazigo ou sepultura perpétua, para efeitos de trasladação de restos mortais inumados, será notificado a fazê-lo em dia e hora certos, sob pena de os serviços da União das Freguesias promoverem a trasladação. Neste último caso será lavrado auto de ocorrências que será assinado pelo serventuário que preside ao acto e por duas testemunhas.

2 – O concessionário de sepultura perpétua tem a obrigação de se responsabilizar pelos danos causados, inadvertidamente, sempre que seja necessário proceder à abertura do coval para inumações, exumações ou trasladações.

3 – Os concessionários têm o dever de manter jazigo ou sepultura perpétua limpa e asseada.

4 – Os concessionários devem efetuar obras de conservação sempre que as circunstâncias o exijam. Só será permitida qualquer obra de beneficiação com a autorização prévia da União das Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos.

CAPÍTULO III

INUMAÇÃO

SECÇÃO I
DISPOSIÇÕES COMUNS

Artigo 11.º
Conceito

A colocação de cadáver em sepultura, jazigo ou local de consumpção aeróbia.

Artigo 12.º
Locais de Inumação

As inumações serão efectuadas em sepulturas ou jazigos.

Artigo 13.º
Modos de Inumação

Os cadáveres a inumar serão encerrados em caixão e no interior do qual poderá ser colocado se, e quando necessário, um produto biológico acelerador da decomposição, excepto nos caixões de crianças.

Artigo 14.º
Prazos de Inumação

Nenhum cadáver pode ser inumado, nem encerrado em caixão de zinco, antes de decorridas vinte e quatro horas sobre o óbito e, sem que previamente se tenha lavrado o respectivo assento ou auto de declaração de óbito ou boletim de óbito.

Artigo 15.º
Autorização de Inumação

1 – A Pessoa ou entidade encarregada do funeral deverá requerer autorização para respectiva inumação, conforme modelo previsto ao anexo II do Decreto - Lei n.º 411/98, de 30 de Dezembro alterada pelo DL 109/2010 de 14 de Outubro, e fazer entrega do boletim de registo de óbito.

2 – As inumações efectuadas durante o período normal de expediente da União das Freguesias dependem da prévia autorização desta. Para efeito, deve a pessoa ou entidade encarregada do funeral, contactar a secretaria de atendimento da União das Freguesias, para os seguintes procedimentos:

a) Aceitar o requerimento para despacho, e posteriormente verificar o boletim de óbito;

b) Emitir a guia de funeral respectiva;

c) Efetuar a cobrança da taxa devida;

d) Marcar a hora da inumação;

3 – Nos cemitérios e para efeitos de inumação, compete ao coveiro verificar a guia do funeral.

4 – Às inumações efectuadas, são aplicados os seguintes procedimentos:

a) As inumações serão possíveis após a confirmação feita pelo próprio coveiro;

b) Para o efeito, deve a entidade encarregada do funeral contratar os serviços do coveiro, que confirmando a responsabilidade, indicará a hora para a recepção e inumação.

Artigo 16.º

Registo da Inumação

Os documentos referentes às inumações serão registados nos ficheiros das inumações, mencionando-se a data de entrada do cadáver no cemitério e local de inumação.

SECÇÃO II
INUMAÇÕES EM SEPULTURAS

Artigo 17.º

Sepultura Comum Não Identificada

Não são permitidas inumações em sepulturas comuns não identificadas, salvo:

a) Em situação de calamidade pública;

b) Tratando-se de fetos mortos abandonados ou peças anatómicas.

Artigo 18.º

Dimensões

As sepulturas terão em planta a forma rectangular, obedecendo às seguintes dimensões mínimas:

a) Para adultos:

Comprimento – 2.00 m

Largura – 0.70 m

Profundidade – 1.00 m a 1.15 m

b) Para crianças:

Comprimento – 1.00 m

Largura – 0.55 m

Profundidade – 1.00 m

Artigo 19.º

Organização do Espaço

As sepulturas, devidamente numeradas, agrupar-se-ão em talhões, procurando-se dar o melhor aproveitamento ao terreno, não podendo, porém, os intervalos entre as sepulturas/ covais e entre estas e as extremidades dos talhões serem diferentes do estabelecido pela União das Freguesias, constantes nas Plantas dos cemitérios.

Artigo 20.º

Enterramento de Crianças

Além dos talhões privativos que se considerem justificados, haverá, se necessário, sepulturas para as inumações de crianças, separadas dos locais destinados a adultos.

Artigo 21.º

Classificação das Sepulturas

As sepulturas classificam-se em temporárias e perpétuas:

a) Consideram-se temporárias, as sepulturas para inumação por cinco anos ou, três anos, quando utilizado aditivo para decomposição acelerada, findos os quais poderá proceder-se à exumação;

b) Definem-se como perpétuas, aquelas cuja utilização foi exclusiva e perpetuamente concedida pela União das Freguesias e cujos "proprietários" registaram os direitos adquiridos;

c) Não são permitidas concessões de terreno para sepultura temporárias.

SECÇÃO III
INUMAÇÕES EM JAZIGOS

Artigo 22.º
Tipologia dos Jazigo

Os jazigos podem ser:

a) Subterrâneos – aproveitando apenas o subsolo;

b) Capelas – constituídos por edificações construídas totalmente acima do solo;

c) Mistos – quando englobam as duas tipologias anteriores.

Artigo 23.º
Âmbito das Inumação em Jazigo

A inumação em jazigo terá de obedecer às seguintes regras:

a) Nos jazigos só é permitido inumar cadáveres encerrados em caixões de zinco, devendo a folha empregada no seu fabrico, ter a espessura mínima de 0,4 mm.

Artigo 24.º
Deteriorações

1 – Deve ser facultado pelos concessionários de jazigos a inspecção dos mesmos.

2 – Quando apresentar rutura ou qualquer outra deterioração, serão os responsáveis avisados, a fim de o mandar reparar, marcando-se-lhe para o efeito, o prazo julgado conveniente.

3 – Em caso de urgência, ou quando não se efectue a reparação prevista no número anterior, a União das Freguesias ordenar-la-à, sendo as despesas por conta dos responsáveis, com agravamento de 40%, que reverterá como receita própria da União.

4 – Quando não for possível reparar-se convenientemente o caixão deteriorado, encerrar-se-á noutro caixão de zinco ou, será removida para uma sepultura, à escolha dos responsáveis ou, por decisão da União das Freguesias, tendo esta lugar em casos de manifesta urgência ou, sempre que aqueles não se pronunciem dentro do prazo que lhes for fixado. Todas as despesas serão por conta dos proprietários, com o agravamento previsto no parágrafo anterior.

CAPÍTULO IV
EXUMAÇÃO

Artigo 25.º
Condições de Exumação

É proibido abrir-se qualquer sepultura antes de decorrer o período legal de inumação, salvo em cumprimento de mandado de autoridade judicial.

Artigo 26.º
Aviso aos Interessados

1 – Passados os prazos legais de inumações, poderá proceder-se à exumação, observando-se os seguintes procedimentos:

a) A União das Freguesias publicará editais, notificando os interessados para acordar com a União das Freguesias, no prazo estabelecido, à data em que aquela terá lugar e o destino a dar às ossadas;

b) Decorrido o prazo prescrito nos editais, a que se refere o número anterior, sem que os interessados promovam qualquer diligência, poderá considerar-se desinteresse e abandono, cabendo à União das Freguesias tomar as medidas que entender necessárias para a remoção das ossadas;

c) Se no momento da exumação não estiverem terminados os fenómenos de destruição da matéria orgânica, recobrir-se-á esta de novo, mantendo inumado por períodos de dois anos, até à mineralização do esqueleto.

Artigo 27.º

Exumação de Ossadas em Caixões Inumados em Jazigos

1 – A exumação das ossadas de um caixão de chumbo ou zinco inumado em jazigos só será permitida, quando aquele se apresente de tal forma deteriorado que se possa verificar a consumação das partes moles do cadáver.

2 – As ossadas exumadas de caixão de chumbo ou zinco que, por manifesta urgência ou vontade dos interessados, se tenham removido para sepultar, nos termos do n.º 4 do artigo 17.º do presente Regulamento, serão depositados no jazigo originário ou no local acordado com a União das Freguesias.

CAPÍTULO V
TRASLADAÇÕES

Artigo 28.º

Conceito

Trasladação significa o transporte de cadáver inumado em jazigo ou ossadas para local diferente daquele em que se encontram, a fim de serem de novo inumados, cremados ou colocados em ossário.

Artigo 29.º

Requerimento e autorização da Exumação

1 – As trasladações serão requeridas pelos interessados à União das Freguesias e, só poderão efetuar-se com autorização desta.

2 – Têm legitimidade para requerer a trasladação as pessoas ou entidades previstas na legislação aplicável.

3 – A autorização será concedida mediante documento próprio emitido pela União das Freguesias.

4 – A União das Freguesias comunicará à Conservatória do Registo Civil a trasladação.

Artigo 30.º

Registos e Comunicações

Nos ficheiros de registo dos cemitérios, far-se-ão os averbamentos correspondentes às trasladações efectuadas, devendo, ainda, exarar-se no verso do alvará as notas que dos mesmos ficheiros constarem acerca da respectiva inumação ou depósito.

CAPÍTULO VI
TRANSMISSÕES DE JAZIGOS E SEPULTURAS PERPÉTUAS

Artigo 31.º

Transmissão

As transmissões de jazigos e sepulturas perpétuas, averbar-se-ão a requerimento dos interessados, instruídos nos termos gerais do direito com os documentos comprovativos da transmissão e do pagamento das taxas que forem devidas.

Artigo 32.º

Transmissão por Morte

1 – As transmissões por morte, de alvarás de jazigos ou sepulturas perpétuas a favor da família do concessionário são livremente admitidas, nos termos gerais do direito.

2 – As transmissões, no todo ou em parte, a favor de pessoas estranhas à família do concessionário só serão, porém, permitidas desde que se declare no pedido de averbamento que é assumida a responsabilidade pela perpetuidade da conservação, no próprio jazigo ou sepultura, dos corpos ou ossadas aí existentes, devendo esse compromisso constar daquele averbamento.

Artigo 33.º

Transmissão por Acto Entre Vivos

1 – As transmissões, por actos entre vivos, das concessões de jazigos ou sepulturas perpétuas, serão livremente admitidas quando neles não existam corpos ou ossadas.

2 – Existindo corpos ou ossadas, a transmissão só pode ser admitida, nos seguintes termos:

a) Tendo-se procedido à trasladação dos corpos ou ossadas para jazigos, sepulturas ou ossários de carácter perpétuo;

b) Não se tendo efectuado aquela trasladação e não sendo a transmissão a favor do cônjuge, de descendente ou ascendente do transmitente, a mesma só poderá ser permitida desde que um dos concessionários não deseje optar e o adquirente assuma o compromisso referido no n.º 2 do artigo anterior.

Artigo 34.º

Taxas de Transmissão

Pela transmissão serão pagas à União das Freguesias a taxa, prevista n Regulamento e Tabela Geral de Taxas, por todo o processo administrativo, nomeadamente, pelo averbamento da concessão (alvará de cedência), em nome do novo concessionário.

CAPÍTULO VII
SEPULTURAS, JAZIOS E OSSÁRIOS ABANDONADOS

Artigo 35.º

Conceito

1 – Consideram-se abandonados, os jazigos cujos proprietários não sejam conhecidos ou residam em parte incerta e não exerçam os seus direitos por períodos superiores a dez anos, nem se apresentem, a reivindicá-los dentro do prazo de sessenta dias, depois de citados por meio de editais publicados em dois jornais, um Nacional e outro local, e afixados nos lugares habituais.

2 – O prazo a que este artigo se refere, conta-se a partir da data da última inumação ou realização das mais recentes obras de conservação ou de beneficiação que nas mencionadas construções tenham sido feitas, sem prejuízo de quaisquer outros actos dos proprietários, ou de situações susceptíveis de interromperem a prescrição.

3 – Simultaneamente, com a citação dos interessados, colocar-se-á no jazigo placa indicativa do abandono.

Artigo 36.º

Declaração de Prescrição

Decorrido o prazo de sessenta dias previstos no artigo 26.º do presente Regulamento, será o processo, instruído com todos os elementos comprovativos dos factos constitutivos do abandono e, do cumprimento das formalidades estabelecidas no mesmo artigo, presente à reunião de executivo da União das Freguesias para ser declarado o abandono.

Artigo 37.º

Realização de Obras de Restauro

1 – Quando um jazigo se encontrar em ruínas, será dado conhecimento aos interessados por meio de carta registada com aviso de recepção, fixando-lhes um prazo para procederem às obras necessárias.

2 – Se houver perigo iminente de derrocada e as obras de recuperação ordenadas não se realizarem dentro do prazo fixado, pode o Presidente da União das Freguesias ordenar a sua demolição.

3 – Os restos mortais, existentes em jazigos a demolir ou declarados abandonados, quando deles sejam retirados, depositar-se-ão com carácter de perpetuidade, no local reservado pela União das Freguesias para o efeito, caso não sejam reclamados no prazo de trinta dias sobre a data da demolição ou declaração de abandono.

Artigo 38.º

Ossários Abandonados

Os ossários consideram-se abandonados, quando:

a) Os interessados deixarem de liquidar a taxa respectiva por um período de quatro meses;

b) E quando os interessados não respondem às notificações da União das Freguesias, em prazo nunca inferior a sessenta dias.

Artigo 39.º

Adaptabilidade

O preceituado neste capítulo, aplica-se na íntegra às sepulturas perpétuas com as necessárias adaptações.

CAPÍTULO VIII
CONSTRUÇÕES FUNERÁRIAS

SECÇÃO I
DAS OBRAS

Artigo 40.º
Licenciamento

O pedido de licença para construção, reconstrução ou modificação de jazigos particulares ou para revestimento de sepulturas perpétuas, deverá ser formulado pelo proprietário em requerimento instruído com o projecto da obra, em duplicado, elaborado por técnicos.

Artigo 41.º
Projeto

Do projecto referido no artigo anterior constarão os elementos seguintes:

a) Desenhos devidamente cotados, à escala de 1:20;

b) Na elaboração e apreciação dos projectos deverá atender-se à sobriedade própria das construções funerárias, exigidas pelo fim a que se destinam.

Artigo 42.º
Requisitos dos Jazigos

1 – Os jazigos da União das Freguesias ou particulares, serão compartimentados em células com as seguintes dimensões mínimas:

Comprimento – 2.00 m

Largura – 0.75

Altura – 0.55 m

2 – Nos jazigos não haverá mais de cinco células sobrepostas, acima do nível do terreno, ou em cada pavimento, quando se trate de edificação de vários andares, podendo também, dispor-se em subterrâneos.

3 – Na parte subterrânea dos jazigos exigir-se-ão condições especiais de construção, tendentes a proporcionar arejamento, fácil acesso e boa iluminação, bem como impedir infiltrações de água.

Artigo 43.º

Requisitos dos Ossários

Os ossários da União das Freguesias dividir-se-ão em células com as seguintes dimensões mínimas interiores:

Comprimento – 0.85 m

Largura – 0.45 m

Altura – 0.35 m

Artigo 44.º

Requisitos dos Jazigos de Capelas

Os jazigos de capela não poderão ter dimensões inferiores a 1,5 m de frente e 2,30 m de fundo.

Artigo 45.º

Requisitos das Sepulturas

1 – As sepulturas perpétuas deverão ser revestidas em cantaria, com espessura máxima de 10 cm.

2 – Para a simples colocação sobre as sepulturas, de lousa ou outro tipo de pedra aprovado previamente pela União das Freguesias, dispensa-se a apresentação de projecto.

Artigo 46.º

Obras de Conservação

1 – Nos jazigos devem efectuar-se obras de conservação, sempre que as circunstâncias o imponham.

2 – Só será permitida qualquer obra de beneficiação com a autorização prévia da União das Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos.

Artigo 47.º

Casos Omissos

A tudo o que nesta secção não se encontre especialmente regulado, aplicar-se-á o Regulamento Geral das Edificações Urbanas.

SECÇÃO II
SINAIS FUNERÁRIOS E DE EMBELEZAMENTO DE JAZIGOS E SEPULTURAS

Artigo 48.º

Sinais Funerários

1 – Nas sepulturas perpétuas e jazigos permite-se a colocação de cruzes, floreiras e caixas para coroas, assim como a inscrição de epitáfios e outros sinais funerários costumados.

2 – Não serão consentidos epitáfios que possam ferir a susceptibilidade pública, ou que, pela sua redacção, possam considerar-se desrespeitosos.

Artigo 49.º

Embelezamento

1 – A União das Freguesias permite o embelezamento das sepulturas temporárias, com arranjos florais e pequena placa de granito com identificação dos cadáveres lá inumados, porém com a obrigação para o responsável de remoção de todos os ornamentos aquando da exumação, ou nova ocupação do coval.

2 – Quando o responsável não tiver condições para remoção dos referidos ornamentos e dos adornos, poderá a Autarquia proceder a esse trabalho, mediante indemnização das despesas efectuadas, não podendo em qualquer caso, os materiais da exumação serem removidos para o exterior do cemitério ou outro local de apoio à Autarquia.

Artigo 50.º

Autorização Previa para a Realização de Trabalhos

A realização por particulares de quaisquer trabalhos no cemitério fica sujeita a prévia autorização da União das Freguesias, única entidade competente para a fiscalização destes.

CAPÍTULO XIX
DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 51.º

Proibição e Obrigações no Interior do Recinto do Cemitério

1 – No recinto dos cemitérios é proibido:

a) Proferir palavras ou praticar actos ofensivos da memória dos mortos ou do respeito devido ao local;

b) Deitar lixo para o chão;

c) A entrada de animais;

d) Transitar fora dos passeios ou vias que separam as sepulturas;

e) Colher flores ou danificar plantas ou árvores;

f) Plantar árvores de fruto ou plantas que possam utilizar-se na alimentação;

g) Pisar ou praticar actos desrespeitosos e depositar ornamentos ou materiais em sepulturas, jazigos, mausoléus ou outras obras instaladas, desde que contenham restos mortais;

h) Danificar jazigos, sepulturas, sinais funerários e quaisquer outros objectos;

i) A permanência de crianças até 12 anos de idade, salvo quando acompanhadas por adultos.

2 – No recinto dos cemitérios é obrigatório:

Regulamento Do Programa De Voluntariado Social

Artigo 1.º

Objecto

O presente Regulamento define o conjunto de normas a que deve obedecer o Programa Voluntariado Social e Jovem para a Freguesia de Macieira da Lixa e Caramos, criado por iniciativa do executivo.

Artigo 2.º

Objetivos

Com este Programa pretende-se:

a) Valorizar e fomentar o espírito de voluntariado, com vista a uma sociedade mais altruísta e solidária;

b) Proporcionar experiências, a todos os voluntários, que potenciem a respetiva empregabilidade futura preferencialmente no concelho de Felgueiras;

c) Sedimentar as ligações afectivas das populações de Macieira da Lixa e Caramos, através do desenvolvimento do sentido de presença;

d) Promover o voluntariado como forma de participação responsável socialmente;

e) Promover uma melhor qualidade de vida às populações de Macieira da Lixa e Caramos.

Artigo3.º

Áreas de Intervenção

As atividades de ocupação são determinadas em função das disponibilidades da União das Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos, podendo abranger os seguintes domínios: ação social; saúde: turismo e património; desporto; educação; cultura; protecção civil e ambiente ou outros de interesse social e comunitário.

Artigo4.º

Local de Intervenção

O serviço de voluntariado será desenvolvido nomeadamente na sede da União ou noutras entidades de direito público e Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS).

Artigo5.º

Duração do Voluntariado

O voluntariado pode ser desenvolvido, mediante a apresentação de carácter anual.

Artigo6.º

Destinatários

Podem apresentar candidatura a este Programa todos os residentes da Freguesia de Macieira da Lixa e Caramos há mais de 2 anos e que reúnam um dos seguintes requisitos:

a) Tenham entre 25 e 60 anos de idade;

b) Estejam desempregados e inscritos no Centro de Emprego;

c) Para os estudantes tem de apresentar sucesso educativo, não podendo ultrapassar duas reprovações no ensino superior, durante o período de vigência deste programa;

d) Estar em situação de Carência Económica.

Artigo7.º

Apresentação de Candidaturas

1 – As candidaturas serão apresentadas na União das Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos durante o ano civil.

2 – As candidaturas serão apresentadas em formulário próprio, acompanhas dos documentos de identificação, declaração de rendimentos familiares (IRS, IRC, IES), nota de liquidação do IRS, certificado de matricula, cartão do eleitor, atestado de residência, horário escolar, numero de identificação bancária e certificado de matricula do (s) irmão (s) que se encontrem a frequentar o ensino superior e outros documentos que os serviços entenderem como necessários.

Artigo8.º

Deveres dos participantes

1 – Constituem deveres dos participantes no Programa:

a) Respeitar os princípios deontológicos pelos quais se rege as atividade que realizam;

b) Cumprir as normas e horários que regulam o funcionamento da entidade acolhedora;

c) Zelar pela boa utilização dos recursos e dos bens, equipamentos e utensílios postos ao seu dispor;

d) Colaborar com os profissionais da entidade acolhedora, respeitando as suas opções e seguindo as suas orientações;

e) Atuar de forma diligente, isenta e responsável;

f) Garantir a regularização do exercício do trabalho voluntário de acordo com o plano de voluntariado acordado com a entidade acolhedora;

g) Não assumir o papel de representante da entidade acolhedora sem o conhecimento e prévia autorização desta;

h) A aceitação das condições do presente regulamento;

2 – O não cumprimento injustificado do regulamento e/ou dos deveres do voluntariado dará origem à exclusão do projeto, mediante aviso prévio da União das Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos.

Artigo9.º

Deveres da entidade

A União das Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos fica obrigada a:

a) Acolher com dignidade e de forma integradora o voluntário;

b) Elaborar um plano de voluntariado, adequado ao perfil pessoal e académico, onde constem os objetivos, ações a desenvolver, horários, métodos de avaliação dos resultados do trabalho desempenhado;

c) Zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações determinadas, quer no plano de voluntariado, quer no presente regulamento, bem como pelo mapa de assiduidade;

d) Proceder à avaliação final da integração do voluntário, segundo grelha de avaliação fornecida pela União das Freguesias.

Artigo10.º

Deveres da União das Freguesia

1 – Cabe à União das Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos, enquanto entidade coordenadora da medida do voluntariado:

a) Zelar pela boa execução do programa e pelo enquadramento dos jovens participantes;

b) Garantir o seguro de acidentes pessoais para os participantes;

c) Realizar ações de formação que se mostrem necessárias à integração dos voluntários;

d) Acompanhar e avaliar a integração dos voluntários na entidade acolhedora;

e) Definir, em parceria com as entidades acolhedora, o plano de voluntariado, bem como fornecer os instrumentos de avaliação do voluntário;

f) Atribuir aos voluntários, um certificado de participação na medida voluntariado social;

2 – A União das Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos pode suspender o exercício de voluntariado na entidade, quando verificar o não cumprimento dos deveres consagrados no artigo 9.º do presente Regulamento.

Artigo11.º

Apoios

1 – Aos voluntários serão garantidos os seguintes apoios:

a) Coordenação e acompanhamento por parte da União das Freguesias;

b) Seguro de acidentes pessoais;

c) Subsídio de 3,50 €/hora;

d) Bolsa mensal para compensação das despesas inerentes ao desenvolvimento do voluntariado, a qual varia consoante a modalidade seleccionada, previstas no nº 1, do artigo5.º do presente Regulamento.

2 – O pagamento da bolsa será efetuado mensalmente ou no final do cumprimento do tempo total do voluntariado.

Artigo12.º

Casos omissos

As situações omissas serão analisadas casuisticamente pelo Executivo União das Freguesias que deliberará em conformidade com o espírito do presente Regulamento.

Artigo13.º

Vigência

O presente Regulamento entra em vigor no dia seguinte no 15.º dia seguinte à sua publicação e aprovação.

Este Regulamento é constituído por 6 páginas devidamente numeradas e autenticadas, incluindo a sua capa

O órgão executivo	*O órgão deliberativo*
Em 11 de Dezembro de 2013	*Em____de_____de_____*

2.6

PROTOCOLO

DE

COLABORAÇÃO

Aprovado em reunião ordinária de ..... pela União das Freguesias, e deliberado em reunião ordinária de ..... pela Assembleia de Freguesia.

PREÂMBULO

Considerando que é intenção deste Órgão Executivo com o respectivo aval por parte do Órgão Deliberativo (Assembleia de Freguesia), para além das competências administrativas previstas na Lei, manter estreitas relações com as diversas Instituições da Freguesia ou a exercer atividades na mesma, a nível cultural, social, recreativo, desportivo, ou outras de interesse para a comunidade local;

Considerando que é bastante importante para comunidade local, a realização de atividades aos níveis anteriormente mencionados, destinadas a todas as classes etárias e sociais, mas principalmente, destinadas às camadas jovens e terceira idade;

Considerando que não é possível a este Órgão Executivo, em termos humanos e logísticos, a realização de tais atividades e, tendo em conta que para tal existem na nossa área de intervenção, Instituições com capacidades e idoneidade para tal, e, estando reunidos todos os pressupostos legais;

Considerando as disposições combinadas do artigo 36º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro e a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e o estabelecido da alínea m) e n) do n.º 1 do artigo 16º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, é celebrado o presente Protocolo de Colaboração.

Protocolo de Colaboração

Entre a **União das Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos**, representada pelo seu Presidente, Marco César Teixeira da Silva, e ....., representada pelo seu Presidente, ..., é celebrado o presente Protocolo de Colaboração, o qual será regulado pelas sete cláusulas que se seguem, e que desde já mutuamente aceitam.

CLÁUSULA 1ª
(OBJETO)

O presente Protocolo de Colaboração tem como objeto a realização de atividades culturais, sociais, recreativas, desportivas, e outras de interesse para a Freguesia, destinadas à comunidade local em geral.

CLÁUSULA 2ª
(SUBSÍDIO ANUAL)

Para o exercício das respectivas atividades, a União das Freguesias concede uma comparticipação financeira, traduzida num subsídio anual, de montante a ser estabelecido de acordo com a prévia inscrição no Orçamento Anual da União das Freguesias e respectiva aprovação por parte do Órgão Deliberativo, tendo em conta o disposto no Regulamento de Apoio ao Associativismo, e a situação económica e financeira da autarquia, fatores que determinarão o seu montante.

CLÁUSULA 3ª
(PAGAMENTO)

A referida comparticipação, será paga pela União das Freguesias pelo modo seguinte:

a) O pagamento da comparticipação será realizado de uma só vez, salvo a disponibilidade de tesouraria não o permita;

b) O pagamento da comparticipação prevista na alínea anterior só se concretizará, após verificação por parte da União das Freguesias, do cumprimento de todos os requisitos referidos no artigo 9.º do Regulamento de Apoio ao Associativismo, acordado com as atividades realizadas na área geográfica da União das freguesias de Macieira da Lixa e Caramos e a colaboração com a autarquia;

CLÁUSULA 6ª

(DENÚNCIA)

1 – O não cumprimento por parte da Instituição beneficiária das obrigações emergentes deste protocolo e do descrito no Regulamento de Apoio ao Associativismo, designadamente a falta de execução ou deficiente execução das atividades assumidas, confere à União das Freguesias o direito de o suspender ou denunciar.

2 – Este protocolo poderá também ser denunciado a todo o tempo, por qualquer das partes, mediante comunicação escrita dirigida à outra parte, com antecedência mínima de trinta dias, sem prejuízo das obrigações correspondentes às atividades já executadas.

CLÁUSULA 7ª

(DURAÇÃO)

Este protocolo produz efeitos no dia imediatamente seguinte à da data da sua assinatura e é válido até final de cada ano civil, renovando-se sucessiva e tacitamente por períodos de um ano, num máximo de quatro ou fim do mandato deste Órgão Autárquico.

Macieira da Lixa e Caramos, ... de ..... de 2013

O Presidente da União das Freguesias

(Marco César Teixeira da Silva)

O Presidente da Associação

(.....)

2.5

União das Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos
Município de Felgueiras

Regulamento De Apoio ao Associativismo

Preâmbulo

O associativismo é um conceito universal para o qual se encontram inúmeras definições, no entanto diversos autores o descrevem como uma das maiores riquezas da sociedade humana. É uma área dinâmica que, tem demonstrado bastante relevo na nossa comunidade, sendo um dos garantes e impulsionadores da nossa cultura, e um forte representante da União das Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos.

Esta Freguesia é munida de um importante património associativo resultante do empenho dos seus associados e do espírito abnegado e empreendedor dos seus dirigentes.

A valorização de ações sociais, culturais, recreativas, ambientais e desportivas, desenvolvidas por associações ou entidades, assume um papel importante na promoção e desenvolvimento da Freguesia.

Assim, garantindo um processo equitativo e transparente, de regras justas e objectivas que disciplinem a utilização de recursos públicos, na definição dos apoios a conceder ao associativismo.

Considerando que, nos termos das alíneas j) e l) do n.º 6 do artigo 34º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro com a redacção que lhe foi dada pela Lei nº 5 – A/2002, de 11 de Janeiro, e da alínea o) e v) do n.º 1 do artigo 16º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, é função da autarquia definir e desenvolver uma política que promova o aparecimento e a realização de projectos culturais, recreativos, sociais e desportivos, de iniciativa dos cidadãos, de reconhecida qualidade e interesse para Freguesia e deliberar sobre formas de apoiar os referidos projetos.

Assim, no uso da competência conferida pela alínea j) do nº 2 do artigo 17.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, e o estabelecido nas alíneas f) e l) do n.º 1 do artigo 9º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, é instituído o Regulamento de Apoio ao Associativismo.

Capítulo I

Disposições Gerais

Artigo 1.º

Lei da Habilidade

O presente Regulamento define o apoio a atividades culturais, recreativas, sociais e desportivas, de reconhecido interesse para Freguesia nos termos do disposto no j) e l) do n.º 6 do artigo 34º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei nº 5 – A/2002, de 11 de Janeiro e o estabelecido da alínea o) do n.º 1 do artigo 16º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

Artigo 2.º

Objecto

1 – O presente Regulamento define as regras, a observar na concessão de apoios a agentes sociais, culturais, recreativos e desportivos, que desenvolvem a sua atividade na área geográfica da Freguesia de Macieira da Lixa e Caramos.

2 – Para efeito do disposto no presente Regulamento, são considerados agentes sociais, culturais, recreativos e desportivos:

a) Os Grupos e Clubes de Futebol;
b) As Casas do Povo e Instituições Particulares de Solidariedade Social;
c) Os Grupos e Ranchos Folclóricos;
d) Fábricas da Igreja Paroquial;
e) Comissões de Festas Tradicionais Populares;
f) Outras entidades que desenvolvem atividades de reconhecido interesse social, cultural, recreativo e desportivo.

Artigo 3.º

Objetivos

A atribuição de apoio aos agentes sociais, culturais, recreativos e desportivos da União das Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos visa:

a) Promover a produção social, cultural, recreativa e desportiva de qualidade;

b) Desenvolver projetos que permitam a prossecução dos seus objetivos e que envolvam públicos diversificados, de modo a promover o convívio salutar entre as várias gerações;
c) Preservar a identidade do património local;
d) Estimular o aparecimento de novos agentes sociais, culturais, recreativos e desportivos;
e) Contribuir para formação de novos públicos;
f) Contribuir para a dinamização e modernização das entidades sociais, culturais, recreativas e desportivas já existentes;
g) Rentabilizar a utilização dos espaços existentes na Freguesia de Macieira da Lixa e Caramos;
h) Promover, de forma regular, o desenvolvimento de atividades físicas e desportivas;
i) Contribuir para o diagnóstico e apoio a situações críticas de natureza social.

Capítulo II
Apoios

Artigo 4.º
Tipos de Apoios

Os apoios a conceder pela União das Freguesias aos agentes sociais, culturais, recreativas e desportivas podem revestir as seguintes formas:

a) Apoio financeiro;
b) Cedência gratuita de bens, instalações e espaços públicos da Freguesia;
c) Apoio do Gabinete de Apoio ao Associativismo;
d) Divulgação de atividades através de diferentes meios promocionais;
e) Apoio à construção, conservação ou remodelação de Instalações;
f) Isenção de taxas, de acordo com o Regulamento e Tabela Geral de Taxas, para o desenvolvimento de atividades;
g) Colaboração na realização de projectos e ações pontuais;
h) Outros apoios de interesse social, cultural, recreativo e desportivo.

Artigo 5.º

Protocolo de Colaboração

Os apoios a prestar pela Freguesia de Macieira da Lixa e Caramos, com excepção do previsto na al. f) do art. 4.º de presente Regulamento, serão objecto de Protocolo de Colaboração, nos termos do artigo 36º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro e da alínea m) e n) do n.º 1 do artigo 16º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, a celebrar no inicio de cada mandato, podendo ser revisto durante 1º trimestre do ano a que corresponde a candidatura.

Artigo 6.º

Apoios Financeiros

1 – Os montantes dos apoios financeiros a conceder aos agentes sociais, culturais, recreativas e desportivos são determinados em função da prossecução dos objetivos a que se refere o artigo 3.º de presente Regulamento, e de acordo com a história, a notoriedade pública e a contribuição para a dinâmica cultural da Freguesia.

2 – Os apoios financeiros devem ser estipulados em cada ano em função das disponibilidades da Freguesia, de acordo com o orçamento da Freguesia aprovado pela Assembleia de Freguesia, e respeitar o seguinte limites anuais:

a) 500,00€ para Coletividades sem fins lucrativos, proprietários de espaços públicos de lazer, que desenvolvam maioritariamente a sua atividade na área geográfica da União das Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos;
b) 250,00€ para Coletividades sem fins lucrativos, que desenvolvam maioritariamente a sua atividade na área geográfica da União das Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos;
c) 250,00€ para Comissão de Festas Tradicionais Populares da área geográfica da União das Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos e da Cidade da Lixa;
d) 125,00€ para Coletividades sem fins lucrativos, sediadas na Freguesia, e que não desenvolvam maioritariamente a sua atividade na área geográfica da União das Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos;

e) 125,00€ para outras entidades que desenvolvem atividades de reconhecido interesse social, cultural, recreativo e desportivo, que desenvolvam atividades na área geográfica da União das Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos.

3 – Os limites estabelecidos no número anterior podem ser alterados em reunião de executivo.

4 – Os apoios financeiros são concedidos em reunião de executivo.

Artigo 7.º

Cedência gratuita de bens, instalações e espaços públicos da Freguesia

Os bens, instalações e espaços públicos de que a autarquia é proprietária, ou responsável podem ser requisitados pelas associações, para auxiliar as suas atividades.

Artigo 8.º

Apoio do Gabinete de Apoio ao Associativismo

1 – O apoio do Gabinete de Apoio ao Associativismo, a conceder aos agentes sociais, culturais, recreativas e desportivos, visa:

a) Apoiar a execução do plano de actividades e orçamento;

b) Apoiar na realização de candidaturas a apoios financeiros, bem como colaborar na reunião da documentação necessária;

c) Apoiar noutras valências específicas, e caso necessário, encaminhar as questões colocadas, para os respectivos interlocutores.

Artigo 8.º

Apoio à construção, conservação ou remodelação de Instalações

1 – Os apoios à construção, conservação e remodelação de instalações, assumem a forma de comparticipação financeira;

2 – A definição dos apoios a atribuir terá em conta os seguintes critérios:

a) Inexistência de instalações similares na proximidade;

b) Adequação às normas do PDM e outros planos municipais.

c) Interesse publico.

3 – Constituem condições de exclusão de qualquer apoio:

a) Ausência de licenciamento;
b) Alterações não autorizadas ao projecto;
c) Local de construção, conservação ou remodelação de instalações que não sejam património da associação requerente.

4 – Exclui-se do mencionado no n.º 3 do presente artigo a Casa das Coletividades, cuja conservação ou remodelação rege-se pelo Regulamento da Casa das Coletividades.

5 – Os apoios à construção, conservação e remodelação de instalações, quando ultrapassarem os limites mencionados no n.º 2 do artigo 6 do presente Regulamento, devem ser aprovados em assembleia de Freguesia.

Capítulo III

Requisitos e procedimentos para atribuição dos apoios

Artigo 9.º

Requisitos e procedimentos para atribuição dos apoios

1 – Para que os agentes sociais, culturais, recreativas e desportivos possam beneficiar dos apoios financeiros previstos no presente Regulamento devem cumprir, cumulativamente, os seguintes requisitos:

a) Estarem legalmente constituídos e serem dotados de personalidade jurídica;
b) Terem a sua sede e desenvolverem as suas atividades na Freguesia de Macieira da Lixa e Caramos, ou desenvolverem atividades consideradas relevantes da área na Freguesia de Macieira da Lixa e Caramos;
c) Terem a situações fiscal e perante a segurança social devidamente regularizadas;
d) Não se encontrarem em mora perante a Freguesia de Macieira da Lixa e Caramos;
e) Terem aprovado o relatório de atividades e contas relativo ao ano anterior;
f) Colaborarem na organização e dinamização de atividades promovidas pela União das Freguesias, através da colaboração e participação gratuita na Festa das Coletividades a realizar anualmente no mês de Julho, e noutras atividades anuais a definir previamente por acordo com a União das Freguesias.

2 – Excluem-se dos requisitos mencionados no n.º anterior as Comissões de Festas Tradicionais Populares não devidamente legalizadas, ou que a festa não seja organizada por uma associação local, situação em que podem candidatar-se a população organizadora.

Artigo 10.º

Do procedimento

1 – O procedimento administrativo tendente à atribuição de apoios aos agentes sociais, culturais, recreativas e desportivos inicia-se com um requerimento, dos interessados, dirigido ao Presidente da União das Freguesias.

2 – O requerimento a que se refere o número anterior deve obedecer ao modelo a fornecer pela União das Freguesias (anexo I), e deve ser instruído com os seguintes documentos:

a) Versão atualizada dos estatutos da entidade, com indicação do número e da data do jornal oficial em que foram publicados ou do sítio destinado a essas publicações;
b) Fotocópia do Cartão de Pessoa Colectiva ou de contribuinte fiscal;
c) Certidão comprovativa da sua situação perante a administração fiscal e a segurança social;
d) Fotocópia das atas relativas à eleição dos órgãos sociais;
e) Fotocópia Cartão de Cidadão /Bilhete de Identidade e Cartão de Identificação Fiscal dos membros dos órgãos sociais;
f) Fotocópia do plano de atividades e do orçamento para o ano económico a que se refere o apoio;
g) Fotocópia da ata respeitante à aprovação do plano de atividades e do orçamento para o ano económico a que se refere o apoio;
h) Fotocópia do relatório de actividades e contas relativo ao ano anterior a que se refere o apoio;
i) Fotocópia da ata respeitante à aprovação do relatório de actividades e contas relativo ao ano anterior a que se refere o apoio;

3 – Os documentos mencionados nas alíneas a), b), d) e e) do n.º anterior só serão obrigatórios quando os agentes se candidatam pelo primeira vez aos apoios, ou quando existam alterações;

4 – A candidatura é validada com a celebração de um Protocolo de Colaboração, nos termos do artigo 36º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro e da alínea m) e n) do n.º 1 do artigo 16º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

5 – Exclui-se do mencionado no n.º 2 e 4 do presente artigo, as Comissões Festas Tradicionais Populares não devidamente legalizada, ou que a festa não seja organizada por uma associação local, situação em que podem candidatar-se a população organizadora, mediante requerimento.

6 – A cedência de bens, instalações e espaços públicos da Freguesia carece de o preenchimento de uma requisição (anexo II), com quinze dias de antecedência, da respetiva realização da atividade, discriminando o tipo de cedência pretendida e a fundamentação do pedido.

Artigo 11.º

Prazos

Os interessados devem apresentar o requerimento e a documentação a que se refere o n.º 2 do artigo anterior, até ao dia 30 de Abril de cada ano.

Artigo 12.º

Pagamentos

Confirmando se o cumprimento de todos os requisitos referidos no artigo 9.º do presente Regulamento, acordado com as atividades realizadas na área geográfica da União das Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos e a colaboração com a autarquia, o Presidente da União das Freguesias, aprova até ao dia 30 de Junho de cada ano a concessão do apoio solicitado, entregando a verba atribuída, de acordo com as disponibilidades financeiras da Freguesia.

Artigo 15.º

Publicidade aos apoios

1 – A concessão de apoios obriga as entidades beneficiárias a referenciá-los em todos os materiais gráficos que editem, bem como em quaisquer outras formas de divulgação e promoção dos projetos e eventos que se realizem.

2 – A publicitação do apoio a que se refere o número anterior implica a inclusão do logótipo da autarquia e a referência expressa de que o agente cultural beneficiou de apoio da União das Freguesias.

Capítulo III

Disposições Finais

Artigo 16.º

Duvidas e Omissões

As dúvidas de interpretação e os casos omissos no presente Regulamento serão resolvidos, de acordo com a legislação em vigor e por despachos do Presidente da União das Freguesias.

Artigo 17.º

Revisão

O presente Regulamento poderá ser revisto pelo executivo da União das Freguesias sempre que tal se revele necessário, sem prejuízo dos direitos adquiridos em relação ao ano a decorrer.

Artigo 18.º

Vigência

O presente Regulamento entra em vigor no dia seguinte no 15.º dia seguinte à sua publicação e aprovação.

ANEXO I

Requerimento de Candidatura de Apoio ao Associativismo

Exmo. Senhor Presidente da
União das Freguesias de
Macieira da Lixa e Caramos

REQUERIMENTO DE CANDIDATURA DE APOIO AO ASSOCIATIVISMO

Contribuinte _____

Designação _____

Presidente _____

Morada _____

Código Postal _____ _____ _____

Telefone _____ **E-mail** _____

Data da Fundação _____ **Publicação de Estatutos em** _____ **de** _____

Filiação Associação _____

Compromisso de Honra

Eu, abaixo-assinado (a), em nome da entidade acima identificada, venho apresentar o pedido de apoio à União das Freguesia de Macieira da Lixa e Caramos, no âmbito do Regulamento de Apoio ao Associativismo, acompanhado por todos os documentos exigidos.
Certifico que todas as informações contidas neste processo de candidatura, incluindo os anexos do formulário, são verdadeiras.
Mais declaro, sob compromisso de honra, que o apoio solicitado se destina, exclusivamente, para o desenvolvimento de atividades sociais, culturais, recreativas e desportivas.

Aos: _____/_____/_____

Assinatura _____

Fundamentação

Faça uma breve apresentação que fundamente a candidatura ao apoio, de acordo com o número 1 do art.º 6 do Regulamento de Apoio ao Associativismo.

Assinatura do Representante Legal

O representante permite que a União das Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos utilize todos os dados fornecidos neste formulário para fins de gestão e avaliação da implementação do Regulamento de Apoio ao Associativismo Cultural.

Declara que a entidade que representa cumpre, cumulativamente, os requisitos exigidos:

a) Estarem legalmente constituídos e serem dotados de personalidade jurídica;

b) Terem a sua sede e desenvolverem as suas atividades na Freguesia de Macieira da Lixa e Caramos, ou desenvolverem atividades consideradas relevantes da área na Freguesia das Macieira da Lixa e Caramos;

c) Terem as situações fiscal e perante a segurança social devidamente regularizadas;

d) Não se encontrarem em mora perante a Freguesia de Macieira da Lixa e Caramos;

e) Terem aprovado o relatório de atividades e contas relativo ao ano anterior;

f) Colaborarem na organização e dinamização de atividades promovidas pela União das Freguesias, através da colaboração e participação gratuita na Festa das Coletividades a realizar anualmente no mês de Julho, e noutras atividades anuais a definir previamente por acordo com a União das Freguesias.

Caso a presente candidatura seja aprovada, autorizo a União das Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos a publicar no seu sítio na Internet, ou em qualquer outro meio apropriado, os seguintes elementos:

- O nome e o endereço do beneficiário da subvenção;
- A designação da subvenção.

Assumo que, em caso de aprovação da candidatura, será referenciado o apoio concedido em todos os materiais gráficos editados e ou outras formas de divulgação e promoção dos projectos e eventos a realizar.

Entidade

Nome _____

Representante Legal

Nome _____

Local _____ **Data** _____

Assinatura _____

Documentação Entregue

A candidatura incluir em anexo os seguintes documentos:

☐ Versão atualizada dos estatutos da entidade, com a indicação do número e da data do jornal oficial em que foram publicados ou do sitio destinado a essas publicações.

☐ Fotocópia do cartão de pessoa colectiva ou de contribuinte fiscal.

☐ Certidão comprovativa da respectiva situação perante a administração fiscal.

☐ Certidão comprovativa da respectiva situação perante a Segurança Social.

☐ Fotocópia das actas relativas à eleição dos órgãos sociais.

☐ Fotocópias do cartão de cidadão/ bilhete de identidade e cartão de identificação fiscal dos titulares dos órgãos sociais.

☐ Fotocópia do plano de actividades e do orçamento para o ano económico a que se refere o apoio.

☐ Fotocópia da acta respeitante à aprovação do plano de actividades e do orçamento para o ano económico a que se refere o apoio.

☐ Fotocópia do relatório de actividades e contas relativo ao ano anterior a que se refere o apoio.

☐ Fotocópia da acta respeitante à aprovação do relatório de actividades e contas relativo ao ano anterior a que se refere o apoio.

Documento Original (Consta no Sistema)

ANEXO II

Requisição para Cedência de Bens, Instalações e Espaços Públicos

Exmo. Senhor Presidente da
União das Freguesias de
Macieira da Lixa e Caramos

REQUISIÇÃO PARA CEDÊNCIA DE BENS, INSTALAÇÕES E ESPAÇOS PÚBLICOS

Contribuinte _____

Designação/ Nome _____

Representante Legal (se aplicável) _____

Sede/ Morada _____

Código Postal _____ _____ _____

Telefone _____ **E-mail** _____

Objeto da Requisição

Tipo de Cedência: ☐ Bens ☐ Instalações ☐ Espaço Público

A cedência _____[1], destina-se para a realização _____[2], com a duração de _____[3], com inicio no dia _____, pelas _____ horas e término no dia _____ pelas _____ horas, e estima ter _____ utilizadores.

Local _____ **Data** _____

Assinatura _____

[1] Identificação do bem, instalação ou espaço público a requisitar;
[2] Identificação da atividade, evento, tarefa ou finalidade da requisição;
[3] Tempo de duração.

Fundamentação

Faça uma breve apresentação que fundamente a requisição, a especificação dos equipamentos e dos materiais a utilizar.

Compromisso de Honra

Eu, abaixo-assinado (a), venho apresentar a requisição de cedência de bens, instalações e espaços públicos à União das Freguesia de Macieira da Lixa.
Mais declaro, sob compromisso de honra, que a requisição de cedência de bens, instalações e espaços públicos se destina, exclusivamente, para o desenvolvimento de atividades sociais, culturais, recreativas e desportivas de interesse para a Freguesia.

Aos: _____/_____/_____

Assinatura _____

Este Regulamento é constituído por 19 páginas devidamente numeradas e autenticadas, incluindo a sua capa

_____

O órgão executivo	*O órgão deliberativo*
Em 11 de Dezembro de 2013	*Em____de_____de_____*

União das Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos
Município de Felgueiras

Regulamento Das Casas Mortuárias

Prefácio

A Casa Mortuária de Macieira da Lixa e a Casa Mortuária de Caramos são espaços destinado a acolher os defuntos, sendo equipamentos de elevada importância, pela dignidade, sentimento e recolhimento que conferem no adeus dos familiares e amigos ao seu *ente* querido, devendo por isso ser definidas normas de utilização e funcionamento.

Assim, no uso da competência conferida pela alínea j) do nº 2 do artigo 17.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, e o estabelecido nas alíneas f) e l) do n.º 1 do artigo 9º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, é instituído o Regulamento das Casas Mortuárias.

Regulamento das Casas Mortuárias

Artigo 1.º
Objeto

O presente Regulamento tem por objecto regulamentar as condições de utilização e funcionamento da Casa Mortuária de Macieira da Lixa e da Casa Mortuária de Caramos.

Artigo 2.º
Utilização do Espaço

1 – A utilização das Casas Mortuárias, serão facultadas a toda a população residente na área geográfica da União das Freguesias. E, ainda aqueles que nela não residam, mas cujos funerais se destinem ao cemitério de Macieira da Lixa e Caramos ou a outros cemitérios, sempre com autorização previa da União das Freguesias.

2 – A utilização das Casas Mortuárias para não residentes, serão feitas mediante o pagamento de uma taxa a atualizar anualmente, de acordo com o Regulamento e Tabela Geral de Taxas, com o fim de minimizar os custos que a União irá suportar com a limpeza e conservação.

3 – A União de Freguesias não deixará de atender os casos especiais que poderão vir a surgir em relação a pessoas de fracos recursos económicos, cuja família resida na área da União das Freguesias.

Artigo 3.º

Serviços Responsáveis

1 – A pessoa ou entidade encarregada do funeral requisitará a Casa Mortuária na secretaria da União das Freguesias.

2 – Aos sábados, domingos, feriados, dias de tolerância de ponto e fora do horário da secretaria de atendimento da União, este serviço é assegurado pelo executivo da União das Freguesias.

Artigo 4.º

Horário de Funcionamento

As Casas Mortuárias funcionarão no horário das 08:00 às 22:00 horas.

Artigo 5.º

Horário de Acesso

A entrada de cadáveres nas Casas Mortuárias só é permitida das 08:00 às 24:00 horas, sendo expressamente proibida qualquer entrada de cadáveres fora deste horário.

Artigo 6.º

Uso e Conservação dos Espaços

1 – Os utilizadores da Casa Mortuária devem zelar pelo bom uso e conservação dos espaços.

2 – Nos espaços interiores das Casas Mortuárias é expressamente proibido:

a) A perturbação de ordem pública;

b) Deteriorar ou sujar as instalações;

c) Alterar a disposição dos espaços;

d) Fumar dentro de todas as suas dependências.

3 – No fim da utilização das Casas Mortuárias de Macieira da Lixa e Caramos a entidade ou a pessoa responsável pelo funeral retirará todos os adereços e objetos da cerimónia fúnebre.

Artigo 7.º

Evacuação do Espaço

A ocorrência de anormalidades do género de distúrbios ou perturbações de ordem pública, dentro das Casas Mortuárias, reserva à União das Freguesias o direito de proceder à evacuação do espaço.

Artigo 8.º

Responsabilidade

1 – A realização das cerimónias fúnebres, a manutenção e utilização do espaço é da responsabilidade do requerente.

2 – As Casas Mortuárias e os seus equipamentos devem ser entregues nas mesmas condições em que foram recebidas.

3 – Serão apuradas responsabilidades, junto da pessoa ou entidade requerente pela má ou indevida utilização dos espaços e relativas aos danos materiais que decorram dessa utilização.

Artigo 9.º

Taxa de Utilização e Pagamento

1 – A taxa de utilização do espaço das Casas Mortuárias é de acordo com o Regulamento e Tabela Geral de Taxas.

3 – O pagamento da taxa será sempre efetuado na secretaria da União pelo requerente. Quando o serviço for assegurado pelo executivo da União, o pagamento da taxa será também efetuado na secretaria, na 2ª feira imediata ao funeral.

Artigo 10º

Limpeza do Espaço

A limpeza do espaço é da responsabilidade da União das Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos e deverá ser efectuada após a realização de cada funeral.

Artigo 11º

Revisão

O presente Regulamento não poderá deixar de ser respeitado, salvo retificação posterior que venha a ser feita pela Assembleia de Freguesia, ou por uma maioria do executivo da União.

Artigo 12.º

Omissões

As situações omissas serão analisadas casuisticamente pelo Executivo da União das Freguesias que deliberará em conformidade com o espírito do presente Regulamento e com a lei em vigor.

Artigo 13.º

Vigência

O presente Regulamento entra em vigor no dia seguinte no 15.º dia seguinte à sua publicação e aprovação.

Este Regulamento é constituído por 6 páginas devidamente numeradas e autenticadas, incluindo a sua capa

O órgão executivo	*O órgão deliberativo*
Em 11 de Dezembro de 2013	*Em____de_____de_____*

União das Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos
Município de Felgueiras

Regulamento Das Casas Mortuárias

Prefácio

A Casa Mortuária de Macieira da Lixa e a Casa Mortuária de Caramos são espaços destinado a acolher os defuntos, sendo equipamentos de elevada importância, pela dignidade, sentimento e recolhimento que conferem no adeus dos familiares e amigos ao seu *ente* querido, devendo por isso ser definidas normas de utilização e funcionamento.

Assim, no uso da competência conferida pela alínea j) do nº 2 do artigo 17.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, e o estabelecido nas alíneas f) e l) do n.º 1 do artigo 9º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, é instituído o Regulamento das Casas Mortuárias.

Regulamento das Casas Mortuárias

Artigo 1.º
Objeto

O presente Regulamento tem por objecto regulamentar as condições de utilização e funcionamento da Casa Mortuária de Macieira da Lixa e da Casa Mortuária de Caramos.

Artigo 2.º
Utilização do Espaço

1 – A utilização das Casas Mortuárias, serão facultadas a toda a população residente na área geográfica da União das Freguesias. E, ainda aqueles que nela não residam, mas cujos funerais se destinem ao cemitério de Macieira da Lixa e Caramos ou a outros cemitérios, sempre com autorização previa da União das Freguesias.

2 – A utilização das Casas Mortuárias para não residentes, serão feitas mediante o pagamento de uma taxa a atualizar anualmente, de acordo com o Regulamento e Tabela Geral de Taxas, com o fim de minimizar os custos que a União irá suportar com a limpeza e conservação.

3 – A União de Freguesias não deixará de atender os casos especiais que poderão vir a surgir em relação a pessoas de fracos recursos económicos, cuja família resida na área da União das Freguesias.

Artigo 3.º

Serviços Responsáveis

1 – A pessoa ou entidade encarregada do funeral requisitará a Casa Mortuária na secretaria da União das Freguesias.

2 – Aos sábados, domingos, feriados, dias de tolerância de ponto e fora do horário da secretaria de atendimento da União, este serviço é assegurado pelo executivo da União das Freguesias.

Artigo 4.º

Horário de Funcionamento

As Casas Mortuárias funcionarão no horário das 08:00 às 22:00 horas.

Artigo 5.º

Horário de Acesso

A entrada de cadáveres nas Casas Mortuárias só é permitida das 08:00 às 24:00 horas, sendo expressamente proibida qualquer entrada de cadáveres fora deste horário.

Artigo 6.º

Uso e Conservação dos Espaços

1 – Os utilizadores da Casa Mortuária devem zelar pelo bom uso e conservação dos espaços.

2 – Nos espaços interiores das Casas Mortuárias é expressamente proibido:

a) A perturbação de ordem pública;

b) Deteriorar ou sujar as instalações;

c) Alterar a disposição dos espaços;

d) Fumar dentro de todas as suas dependências.

3 – No fim da utilização das Casas Mortuárias de Macieira da Lixa e Caramos a entidade ou a pessoa responsável pelo funeral retirará todos os adereços e objetos da cerimónia fúnebre.

Artigo 7.º

Evacuação do Espaço

A ocorrência de anormalidades do género de distúrbios ou perturbações de ordem pública, dentro das Casas Mortuárias, reserva à União das Freguesias o direito de proceder à evacuação do espaço.

Artigo 8.º

Responsabilidade

1 – A realização das cerimónias fúnebres, a manutenção e utilização do espaço é da responsabilidade do requerente.

2 – As Casas Mortuárias e os seus equipamentos devem ser entregues nas mesmas condições em que foram recebidas.

3 – Serão apuradas responsabilidades, junto da pessoa ou entidade requerente pela má ou indevida utilização dos espaços e relativas aos danos materiais que decorram dessa utilização.

Artigo 9.º

Taxa de Utilização e Pagamento

1 – A taxa de utilização do espaço das Casas Mortuárias é de acordo com o Regulamento e Tabela Geral de Taxas.

3 – O pagamento da taxa será sempre efetuado na secretaria da União pelo requerente. Quando o serviço for assegurado pelo executivo da União, o pagamento da taxa será também efetuado na secretaria, na 2ª feira imediata ao funeral.

Artigo 10º

Limpeza do Espaço

A limpeza do espaço é da responsabilidade da União das Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos e deverá ser efectuada após a realização de cada funeral.

Artigo 11º

Revisão

O presente Regulamento não poderá deixar de ser respeitado, salvo retificação posterior que venha a ser feita pela Assembleia de Freguesia, ou por uma maioria do executivo da União.

Artigo 12.º

Omissões

As situações omissas serão analisadas casuisticamente pelo Executivo da União das Freguesias que deliberará em conformidade com o espírito do presente Regulamento e com a lei em vigor.

Artigo 13.º

Vigência

O presente Regulamento entra em vigor no dia seguinte no 15.º dia seguinte à sua publicação e aprovação.

Este Regulamento é constituído por 6 páginas devidamente numeradas e autenticadas, incluindo a sua capa

O órgão executivo	*O órgão deliberativo*
Em 11 de Dezembro de 2013	*Em____de_____de_____*

2.3

Nº ..../ 2013

CONTRATO DE COMODATO

---Entre a **União das Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos**, com sede na Rua das Pereiras nº 79, Freguesia de Macieira da Lixa e Caramos, concelho de Felgueiras, pessoa coletiva 510 837 662, representada pelo Presidente da União das Freguesias, Sr. Marco César Teixeira da Silva, e a ....., pessoa coletiva número ....., representada respetivamente pelo Presidente e pelo Tesoureiro da Direção, o (a) Senhor (a) ..... e (a) .....

---É celebrado o presente contrato de comodato que será regulado pelas cláusulas que se seguem e que desde já mutuamente aceitam: ----------

---**Cláusula Primeira** – A União das Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos empresta gratuitamente a sala ..... da Casa das Coletividades de Macieira da Lixa (antiga Escola E.B. 1 das Pereiras), e assim em regime de comodato, um prédio urbano conhecido por....., sito ....., freguesia de ....., do concelho de Felgueiras, composto por ....., com a área coberta de ..... e a área descoberta de ....., o qual confronta do Norte e do Poente com ....., do Sul com ..... e do Nascente com ....., inscrito na matriz urbana da Freguesia de ..... sob artigo ....., descrito na Conservatória do registo predial de Felgueiras sob o número ....., e nela inscrito a favor dele proprietário, pela inscrição ..... da ficha respectiva, prédio este melhor identificado na planta anexa a este contrato, que depois de devidamente rubricada pelas parte dele fica a fazer parte integrante. ----------

---**Cláusula Segunda** – O empréstimo destina-se à instalação e funcionamento naquele edifício de ....., como abaixo se vai aclarar. ----------

---**Cláusula Terceira** – O presente contrato tem o seu início no dia seguinte à data da sua assinatura. ----------

---**Cláusula Quarta** – O empréstimo é celebrado pelo prazo de dois anos a contar da data referida na cláusula anterior, podendo ser renovado por períodos de cinco anos, desde que solicitado pela comodatária, até um ano antes de expirar o prazo inicial ou o prazo das suas prorrogações. ----------

---**Cláusula Quinta** - A sala destina-se única e exclusivamente a atividade associativa sem fins lucrativos não podendo ser dado de arrendamento nem cedido ou ocupado a qualquer título por outras pessoas. ----------

---

---**Cláusula Sexta** – A utilização da sala para um fim diferente daquele para o qual foi emprestado, confere à comodante o direito de fazer cessar de imediato a vigência do contrato, obrigando-se o comodatário a restituir, de imediato, ao comodante a sala em causa. ----------

---**Cláusula Sétima** - As despesas com água, eletricidade, telefone e outros encargos normais ficam a cargo exclusivamente dela comodatária, designadamente o seguro. -----

---**Cláusula Oitava** – A comodatária pode realizar obras de beneficiação e adaptação desde que sejam previamente autorizadas pelo comodante, ficando vedadas intervenções que desvirtuem a sua estética interior ou exterior. ----------

---**Cláusula Nona** – A comodatária obriga-se a disponibilizar à comodante, a sala emprestada, para efeitos de realização de atos eleitorais ou outros eventos de interesse para a Freguesia. ----------

---**Cláusula Décima** – Findo o contrato, a ..... entregará a sala à União das Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos, com todas as benfeitorias e acessões que nele venham a ser incorporadas pela comodatária, livre e desocupado de pessoas e bens, sem dependência de qualquer aviso ou outra formalidade e sem exigência de qualquer contrapartida, designadamente sem direito a qualquer indemnização pela benfeitorias e acessões.----------

---**Cláusula Décima Primeira** – No mais, aplicar-se-á o regime do contrato de comodato previsto nos artigos 1129º e seguintes do Código Civil. ----------

---Esclarece-se que o presente contrato foi celebrado de acordo com a aprovação da União das Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos tomada na sua reunião de ..... e deliberação da Assembleia de Freguesia de Macieira da Lixa e Caramos tomada na sua reunião de ..... ----------

---**Cláusula Décima Segunda** – A Entidade Responsável pela Gestão do Prédio (E.R.G.P) é a Associação Desportiva da Maçorra, representada pelo presidente da direção, ..., que fica obrigada a gerir toda a manutenção do prédio em coordenação com os restantes comodatários, e fica ainda obrigada a

efetuar o pagamento das despesas com água, eletricidade, telefone e outros à União das Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos todos os meses até o 11º dia de cada mês. ---

---**Cláusula Décima Terceira** – É da responsabilidade da comodatária efetuar o pagamento das despesas com água, eletricidade, telefone e outros à E.R.G.P até ao 5º dia de cada mês, sob pena do comodatário restituir, de imediato, ao comodante a sala em causa. ----------

---

---Assim o declaram e mutuamente aceitaram. ----------

Anexo: ----------

---a) Planta devidamente rubricada pelas partes; ----------

---b) Auto descritivo do estado das instalações; ----------

---Macieira da Lixa e Caramos, ... de ..... de 2013. ----------

O Presidente da União das Freguesia — O Presidente da Associação

(Marco César Teixeira da Silva) — (.....)

Isento de Imposto de selo nos termos da alínea d) do artigo 6º do Código do Imposto de Selo. ----------

2.2

P

União das Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos
Município de Felgueiras

Regulamento
Da Casa
Das Coletividades

Preâmbulo

A Casa das Coletividades de Macieira da Lixa e Caramos, adiante designada como "Casas das Coletividades", destinam-se, principalmente, a servir as associações, estando contudo disponível à população em geral para atividades, entre outras, de carácter lúdico, cultural, social, recreativo, desportivo, e ambiental.

Face à importância que este espaço reveste na dinâmica da Freguesia, importa regulamentar as condições da sua utilização, implementando um conjunto de regras que garantam o respeito e zelo pelas suas instalações e equipamentos, por parte de todos os que os utilizam.

Por outro lado, tratando-se de equipamentos públicos de utilização coletiva, a respetiva gestão pressupõe, em alguns casos, o pagamento de taxas por parte dos utilizadores, determinadas de acordo com o estabelecido Regulamento e Tabela Geral de Taxas.

Assim, no uso da competência conferida pela alínea j) do nº 2 do artigo 17.º Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, e o estabelecido nas alíneas f) e l) do n.º 1 do artigo 9º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, é instituído o Regulamento da Casa das Coletividades.

Artigo 4.º

Gestão

Compete à (Entidade Responsável pela Gestão Prédio (E.R.G.P), constituída pelo Presidente da União das Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos e o Presidente da Associação Desportiva da Maçorra ou representante das associações que aí possuem a sua sede, garantir a gestão e manutenção das instalações, equipamentos e a promoção de actividades.

Artigo 5.º

Competência da União das Freguesias

Compete à União das Freguesias, nomeadamente:

a) Tomar as medidas necessárias ao bom funcionamento e aproveitamento da Casa das Coletividades;
b) Celebrar Contratos de Comodato com Associações;
c) Receber, analisar e decidir sobre todos os pedidos de cedência;
d) Comunicar, por escrito, aos interessados, o deferimento ou indeferimento do pedido de cedência, indicando o motivo do indeferimento ou os dias, horas e espaços que são cedidos.

Artigo 6.º

Responsabilidades das Associações

A associação, a quem foi cedido uma sala para sede associativa, é responsável por:

a) Utilizar a sala cedida, para uso exclusivo de sede associativa;
b) Manter o asseio, a disciplina e a ordem na sala;
c) Contribuir para as despesas com água, eletricidade, telefone e outros encargos normais, designadamente o seguro;
d) Contribuir para a conservação e limpeza da Casa das Coletividades;
e) Disponibilizar a sala emprestada, para efeitos de realização de atos eleitorais ou outros eventos de interesse para a Freguesia.

Artigo 7.º

Responsabilidades das entidades ou pessoas visitantes

1 – As entidades ou pessoas visitantes são responsáveis por si e pelos atos que praticar nas Casas das Coletividades.

2 – A utilização das instalações por grupo, responsabiliza a entidade e/ou o seu representante por:

a) Manter o asseio, a disciplina e a ordem nas instalações;

b) Conservar as instalações e os equipamentos em iguais condições às que encontrou aquando do início da utilização, devendo conferir a situação com o presidente ou representante da União das Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos, no início e no final da utilização.

3 – A União das Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos não se responsabiliza por qualquer objeto e/ ou valor perdido no interior e exterior das instalações.

Capítulo III

Acesso e Utilização por Associações

Artigo 8.º

Contrato de Comodato

A União das Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos cede gratuitamente 3 salas da Casa das Coletividades de Macieira da Lixa (antiga Escola E.B. 1 das Pereiras), sob regime de comodato a três Associações de Macieira da Lixa.

Artigo 9.º

Utilização por Associações

1 – A sala destina-se única e exclusivamente a sede associativa, não podendo ser dado de arrendamento nem cedido ou ocupado a qualquer título por outras pessoas.

2 – A utilização da sala para um fim diferente daquele para o qual foi cedido, confere à União de Freguesias o direito de adquirir, de imediato, a sala em causa.

3 – A cedência é efetuada pelo prazo constante no Contrato de Comodato celebrado.

Capítulo V

Requisitos e procedimentos para Cedência a entidades ou pessoas visitantes

Artigo 15.º

Requisitos e Procedimento para Cedência

1 – As instalações e os respetivos equipamentos poderão ser utilizados, mediante requerimento (anexo I) dirigido ao Presidente da União de Freguesias, com antecedência de quinze dias úteis.

2 – O requerimento é fornecido pela União das Freguesias e deverá conter os seguintes dados:

a) Identificação do requerente e, no caso de pessoas coletivas, a respetiva identificação, bem como do seu representante legal;

b) Morada/sede, número de telefone/fax e e-mail;

c) O espaço que pretende utilizar;

d) A(s) finalidade(s) da utilização;

e) O período da utilização, com indicação expressa das datas e horas de início e fim;

f) Estimativa do número de utilizadores na atividade a desenvolver;

g) Fundamento da requisição, com a especificação dos equipamentos e dos materiais a utilizar.

3 – O Presidente da União das Freguesias poderá indeferir os pedidos de cedência caso se observe, designadamente:

a) A impossibilidade de conciliação com atividades da Casa das Coletividades ou outros pedidos efetuados;

b) A existência de um claro risco para a segurança e conservação das instalações e equipamentos;

c) A inadequação das atividades propostas às características do espaço solicitado;

h) A impossibilidade de garantia de meios e condições à prestação de um serviço com qualidade.

4 – Após o deferimento do pedido, deverá ser paga na secretaria da União das Freguesias a taxa respetiva, nos termos com o Regulamento e Tabela Geral de Taxas.

Capítulo VI
Disposições Finais

Artigo 18.º
Duvidas e Omissões

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação ou aplicação das disposições deste regulamento, serão resolvidas por despachos do Presidente da União das Freguesias.

Artigo 19.º
Direito de Participação

Qualquer sugestão ou reclamação relacionada com as instalações da Casa das Coletividades, nomeadamente, comunicação de anomalias ou qualquer outro assunto de interesse, deverá ser dirigida por escrito ao Presidente da União das Freguesia.

Artigo 20.º
Revisão

O presente Regulamento poderá ser revisto pelo executivo da União das Freguesia sempre que tal se revele necessário.

Artigo 21.º
Vigência

O presente Regulamento entra em vigor no dia seguinte no 15.º dia seguinte à sua publicação e aprovação.

ANEXO I

Requisição para Cedência de Bens, Instalações e Espaços Públicos

Exmo. Senhor Presidente da
União das Freguesias de
Macieira da Lixa e Caramos

REQUISIÇÃO PARA CEDÊNCIA DE BENS, INSTALAÇÕES E ESPAÇOS PÚBLICOS

Contribuinte _____

Designação/ Nome _____

Representante Legal (se aplicável) _____

Sede/ Morada _____

Código Postal _____ _____ _____

Telefone _____ **E-mail** _____

Objeto da Requisição

Tipo de Cedência: ☐ Bens ☐ Instalações ☐ Espaço Público

A cedência _____[1], destina-se para a realização _____[2], com a duração de _____[3], com inicio no dia _____, pelas _____ horas e término no dia _____ pelas _____ horas, e estima ter _____ utilizadores.

Local _____ **Data** _____

Assinatura _____

[1] Identificação do bem, instalação ou espaço público a requisitar;
[2] Identificação da atividade, evento, tarefa ou finalidade da requisição;
[3] Tempo de duração.

Fundamentação

Faça uma breve apresentação que fundamente a requisição, a especificação dos equipamentos e dos materiais a utilizar.

Compromisso de Honra

Eu, abaixo-assinado (a), venho apresentar a requisição de cedência de bens, instalações e espaços públicos à União das Freguesia de Macieira da Lixa.
Mais declaro, sob compromisso de honra, que a requisição de cedência de bens, instalações e espaços públicos se destina, exclusivamente, para o desenvolvimento de atividades sociais, culturais, recreativas e desportivas de interesse para a Freguesia.

Aos: _____/_____/_____

Assinatura _____

Este Regulamento é constituído por 14 páginas devidamente numeradas e autenticadas, incluindo a sua capa e anexos

O órgão executivo	*O órgão deliberativo*
Em 11 de Dezembro de 2013	*Em____de_____de_____*

2.1

União das Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos
Município de Felgueiras

Regulamento E Tabela Geral de Taxas

Preâmbulo

Em conformidade com o disposto nas alíneas d) e j) do n.º 2do artigo 17.º, conjugada com a alínea b) do n.º 5 do artigo 34.º da Lei das Autarquias Locais (Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro), e tendo em vista o estabelecimento no regime jurídico (Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro), na Lei das Finanças Locais (Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Declaração de Rectificação nº 14/2007 de 15 de Fevereiro e pela Lei n.º 22-A/2007, de 29 de Junho) e no Regimento geral de Taxas das autarquias locais (Lei n.º 53-E/2006 de 29 de Dezembro), é aprovado o Regulamento e Tabelas de Taxas em vigor na União das Freguesias de Macieira da Lixa e Caramos.

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º
Objecto

O presente regulamento e tabela anexa têm por finalidade fixar os quantitativos a cobrar por todas as actividades da União de Freguesias no que se refere à prestação concreta de um serviço público local e na utilização privada de bens do domínio público e privado da Freguesia.

Artigo 2.º
Sujeitos

1 – O sujeito activo da relação jurídico-tributária, titular do direito de exigir aquela prestação é a União das Freguesias.

2 – O sujeito passivo é a pessoa singular ou colectiva e, outras entidades legalmente equiparadas, que estejam vinculadas ao cumprimento da prestação tributária.

3 – Estão sujeitos ao pagamento de taxas o Estado, as Regiões Autónomas, as Autarquias Locais, os fundos e serviços autónomos e as entidades que integram o sector empresarial do Estado, das Regiões Autónomas e das Autarquia Locais.

Artigo 3.º

Isenções

1 – Estão isentos do pagamento das taxas previstas no presente regulamento, todos aqueles que beneficiem de isenção prevista em outros diplomas.

2 – O pagamento das taxas poderá ser reduzido até à isenção total quando os requerentes sejam, comprovadamente, particulares de fracos recursos financeiros.

3 – A Assembleia de Freguesia pode, por proposta da União das Freguesias, através de deliberação fundamentada, conceder isenções totais ou parciais relativamente às taxas.

CAPÍTULO II

TAXAS

Artigo 4.º

Taxas

A União de Freguesias cobra taxas:

a) Serviços administrativos: emissão de atestados, declarações e certidões, termos de identidade e justificação administrativa, certificação de fotocópias e outros documentos;

b) Licenciamento e registo de canídeos;

c) Cemitérios;

d) Outros serviços prestados à comunidade.

Artigo 5.º

Serviços Administrativos

1 – As taxas de atestados e termos de justificação administrativa constam do anexo I e têm como base de cálculo o tempo médio de execução dos mesmos (atendimento, registo, produção).

2 – A fórmula de cálculo é a seguinte:

$$TSA = tme \times vh + \frac{ct}{N}$$ onde,

tme: tempo médio de execução;

Artigo 9.º

Pagamento

1 – A relação jurídico-tributária extingue-se através do pagamento da taxa.

2 – As prestações tributárias são pagas em moeda corrente ou por cheque, débito em conta, transferência ou por outros meios previstos na lei e pelos serviços.

3 – Salvo disposição em contrário, o pagamento das taxas será efectuado antes ou no momento da prática de execução do acto ou serviços a quem respeitem.

4 – O pagamento das taxas é feito mediante recibo a emitir pela União de Freguesias.

Artigo 10.º

Pagamento em Prestações

1 – Compete à União das Freguesias autorizar o pagamento em prestações, desde que se encontrem reunidas as condições para o efeito, designadamente, comprovação da situação económica do requerente, que não lhe permite o pagamento integral da divida de uma só vez, no prazo estabelecido para pagamento voluntário.

2 – Os pedidos de pagamento em prestações devem conter a identificação do requerente, a natureza da dívida e o número de prestações pretendido, bem como os motivos que fundamentam o pedido.

3 – No caso do deferimento do pedido, o valor de cada prestação mensal corresponderá ao total da divida e o número de prestações autorizado, acrescendo ao valor de cada prestação os juros de mora contados sobre o respectivo montante, desde o termo do prazo para pagamento voluntário até à data do pagamento efectivo de cada uma das prestações.

4 – O pagamento de cada prestação deverá ocorrer durante o mês a que corresponder.

5 – A falta de pagamento de qualquer prestação implica o vencimento imediato das seguintes, assegurando-se a execução fiscal da dívida remanescente mediante a extracção da respectiva certidão de dívida.

Artigo 11.º

Isenção de Taxas

1 – Ficam isentas de taxas previstas no presente Regulamento, as associações e atividades de interesse público para a União das Freguesias e seus fregueses, com exceção das taxas previstas no anexo II, IV.

2 – A entrada no Cemitério de Caramos (taxa de manutenção) é isenta para os cidadãos que pagaram a extinta "derrama", onde se anexa a listagem.

3 – A Certificação de Fotocópias e a Licença Especial de Ruído são isentas, para efeito de prática desportiva ou outras de interesse social, cultural, recreativo, ambiental ou/e de lazer.

Artigo 12º

Incumprimento

1 – São devidos juros de mora pelo cumprimento extemporâneo da obrigação de pagamento das taxas.

2 – A taxa legal (Decreto-Lei n.º 73/99 de 16 de Março) de juros de mora é de 1%, se o pagamento se fizer dentro do mês do calendário em que se verificou a sujeição aos mesmos juros, aumentando-se uma unidade por cada mês de calendário ou fracção se o pagamento se fizer posteriormente.

3 – O não pagamento voluntario das dívidas é objecto de cobrança coerciva através de processo de execução fiscal, nos termos do Código de Procedimento e de Processo Tributário.

Artigo 13.º

Garantias

1 – Os sujeitos passivos das taxas podem reclamar ou impugnar a respectiva liquidação.

2 – A reclamação deverá ser feita por escrito e dirigida à União das Freguesias, no prazo de 30 dias a contar da notificação da liquidação.

3 – A reclamação presume-se indeferida para efeitos de impugnação judicial se for decidida no prazo de 60 dias.

ANEXO

Listagem de Pagamentos da Derrama de 2010 a 2013

NOME	MORADA	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Joaquina Marinho Teixeira	Rua Lameirões	2,00 €	2,00 €	2,00 €	2,00 €			
Ana Rosa	Rua Lameirões	2,00 €	2,00 €	2,00 €	2,00 €			
Joaquim Pereira Pinto	Viela dos Lameirões	4,50 €	4,50 €	4,50 €				
Sérgio Paulo Pires Pereira	Viela dos Lameirões	4,50 €	4,50 €					
Joaquim Adão Moreira de Macedo	Rua do Senhor dos Passos	4,50 €	4,50 €	4,50 €				
José Teixeira	Rua do Senhor dos Passos	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
Avelino de Jesus Teixeira	Rua do Rio	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
Manuel da Costa Ribeiro	Rua do Rio,nº12	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
Luis Carlos Almeida Lopes	Rua do Rio	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
Emília Lopes	Rua do Rio	2,00 €	2,00 €					
António Joaquim Alves Lopes	Travessa do Rio	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
Joaquim de Sousa Ribas	Travessa do Rio	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
João Sousa Magalhães	Travessa do Rio	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
Antonio de Sousa Ribas	Travessa do Rio nº50	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
José de Sousa Ribas	Travessa do Rio	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			

NOME	MORADA	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
António da Costa Almeida	Rua Covinhas	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
José Fernando Pinto Teixeira	Rua das Penas	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
José Joaquim Marinho	Rua das Penas	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
José Maria Bessa Fernandes	Rua das Penas	4,50 €	4,50 €	4,50 €				
Antonio Jose Duarte Coelho	Rua das Penas	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
Maria José Silva Pereira	Rua das Penas	0,00 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
José Gaspar Diogo Ferreira	Rua das Penas	0,00 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
Inacio Fernando Costa Ribeiro	Rua das Penas nº56	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
Artur Pinto Ferreira	Rua das Penas	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
Agostinho Teixeira Silva (familia e Sr. Carvalho)	Rua das Penas	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
António Joaquim de Freitas Carvalho	Rua das Penas	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
Maria de Sousa	Rua das Penas	2,00 €	2,00 €	2,00 €	2,00 €			
Margarida Teixeira	Rua das Penas	2,00 €	2,00 €	2,00 €	2,00 €			
Maria Emilia Mendes	Rua das Penas	2,00 €	2,00 €	2,00 €	2,00 €			
Maria Guiomar Almeida Monteiro	Rua das Penas	0,00 €	2,00 €	2,00 €	2,00 €			
Maria Laura Marinho	Rua das Penas	2,00 €	2,00 €					
Joaquim da Fonseca Nogueira	Rua das Penas	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
Maria Conceição C.L. Gonçalves	Rua de Crasto	7,00 €	7,00 €	7,00 €	7,00 €			
Maria Joaquina Dias da Cunha	Rua de Crasto	7,00 €	7,00 €	7,00 €	7,00 €			
Rosa Maria de Sousa Alves	Rua de Crasto	4,50 €						
António da Costa Sampaio	Rua de Crasto	4,50 €						
Maria Florentina de Sousa Teixeira	Rua de Crasto	4,50 €	4,50 €	4,50 €				
Agostinho Duarte da Costa	Rua de Crasto	4,50 €	4,50 €					
Ana de Sousa	Rua de Crasto	2,00 €						

NOME	MORADA	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Serafim Moreira Ferreira	Rua de Crasto	2,00 €						
Rosa da Conceição Pereira da Costa	Rua de Crasto	2,00 €						
Augusto da Silva Pinto	Travessa de Crasto	4,50 €	4,50 €	4,50 €				
Joaquim Antonio Ribeiro da Costa	Travessa de Crasto nº97	4,50 €	4,50 €	4,50 €				
Joaquim Teixeira	Rua Pereira	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
Armando Teixeita Leite	Rua Pereira	4,50 €	4,50 €	4,50 €				
Manuel de Sousa Teixeira	Rua Pereira	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
Antonio Maria Pereira Pinto	Rua da Bouça	7,00 €	7,00 €	7,00 €				
António Teixeira Faria	Rua da Bouça	7,00 €	7,00 €	7,00 €				
Manuel Pereira Pinto	Rua da Bouça	7,00 €	7,00 €					
António Cândido Pinto Moreira	Rua da Bouça	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
João Teixeira	Rua da Taipa	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
Manuel Pereira Pinto	Rua da Taipa nº89	4,50 €	4,50 €	4,50 €				
Manuel Brás Teixeira	Rua Taipa	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
Dino Manuel Mendes Teixeira	Rua Taipa	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			

NOME	MORADA	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Domingos Ferreira Pereira	Travessa Casas Novas	4,50 €	4,50 €	4,50 €				
Silvina de Jesus Santos	Rua Botica	7,00 €	7,00 €	7,00 €				
Luis Silveira Costa	Rua Rosso	4,50 €	4,50 €					
Luís Manuel Silveira Costa	Rua Rosso	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
Antero Manuel Teixeira Brás	Rua Rosso	4,50 €	4,50 €	4,50 €				
Ana da Silva Pereira	Rua Rosso	2,00 €	2,00 €	2,00 €	2,00 €			
Agostinho Pereira	Rua Rosso	2,00 €	2,00 €	2,00 €				
Maria da Gloria Mendes Pereira	Rua Rosso	2,00 €	2,00 €	2,00 €				
Ana Paula Teixeira Brás	Rua Rosso	2,00 €	2,00 €	2,00 €				
José Maria Lemos Pinto	Rua Rosso	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
José Mendes Leite	Rua Rosso nº82	0,00 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
Fernando Marinho	Rua Lama	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
Marcela Maria Ribeiro Marinho	Rua Lama	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
Justina Teixeira Sousa Ribeiro	Rua Lama	4,50 €	4,50 €	4,50 €				
Filipe António Ribeiro Marinho	Rua Lama	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
Arminda Veiga Amador	Rua Mosteiro	4,50 €	2,00 €	2,00 €	2,00 €			
José de Amorim Ribeiro	Rua Mosteiro	4,50 €						
António Teixeira (Moutas)	Rua Mosteiro	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
Jorge Manuel Alves Carvalho	Rua Mosteiro	4,50 €	4,50 €	4,50 €				

NOME	MORADA	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
António José da Cunha R. Magalhães	Rua Mosteiro n.493	4,50 €						
Maria Emilia Teixeira Ferreira	Rua Mosteiro	2,00 €						
José Teixeira da Cunha	Largo Mosteiro	4,50 €	4,50 €					
José Armando Teixeira	Rua D. Nuno Mendes	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
Jose Filipe Costa Lopes Dias Cunha	Rua D. Nuno Mendes nº 82	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
Antonio da Silva Silveira	Rua D. Nuno Mendes	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
José Maria Jesus da Silva	Rua Aboim	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
Agostinho Oliveira	Rua Aboim	4,50 €	4,50 €					
Ana Oliveira Faria	Rua Aboim nº300	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
Maria Adelaide da Costa Monteiro	Rua Aboim	2,00 €	2,00 €	2,00 €	2,00 €			
Laura de Sousa	Rua Aboim	2,00 €	2,00 €					
Justina Leite da Silva	Rua Aboim	2,00 €	2,00 €	2,00 €	2,00 €			
Guiomar de Sousa	Rua Aboim	2,00 €	2,00 €					
Anibal da Fonseca Marques	Rua Aboim	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
Joaquim Carvalho Faria	Rua Aboim	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
João Filipe Ferreira de Sousa	Travessa de Aboim	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
Maria Amélia Meireles Ferreira	Travessa de Aboim	4,50 €	4,50 €	4,50 €	2,00 €			
Américo Moreira Sampaio	Travessa de Aboim nº109	4,50 €	4,50 €	4,50 €				

NOME	MORADA	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
José Armindo Moreira de Sousa	Rua Devesalta	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
David Simão Pereira Teles	Rua Devesalta	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
Joaquim Ferreira Ribeiro	Rua Devesalta	4,50 €						
José Faria Gonçalves de Carvalho	Rua Devesalta	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
António Mendes Pereira	Rua Devesalta	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
Joaquim António Moreira Dias	Rua Devesalta nº101	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
Agostinho Teixeira	Rua Devesalta	4,50 €	4,50 €					
Avelino Jorge Moreira Dias	Rua Devesalta nº75	4,50 €	4,50 €	4,50 €				
João de Sousa Teixeira	Rua Devesalta	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
João da Cunha	Rua Devesalta	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
Emília Rosa Teixeira	Rua Devesalta	4,50 €						
Fernando Teixeira Pereira	Rua Devesalta	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
Fernando Alberto Gomes César	Rua Devesalta	4,50 €						
Paulo Fernando Pereira Ribeiro	Rua Devesalta	4,50 €						
Vitor Amandio de Sousa Pereira	Rua Devesalta	4,50 €						
Hélio Nuno Sousa Pereira	Rua Devesalta	4,50 €						
António Teixeira da Fonseca	Rua Devesalta	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
António de Sousa Dias	Rua Devesalta nº155	2,00 €	2,00 €	2,00 €	2,00 €			
Joaquim Pereira Leite	Rua Devesalta	2,00 €	2,00 €	2,00 €	2,00 €			
Maria Deolinda Gomes Pereira	Rua Devesalta	2,00 €						
Maria Rosa Alves de Sousa	Rua Devesalta	2,00 €	2,00 €	2,00 €				
Maria Carolina Carvalho Sousa	Rua Devesalta	2,00 €	2,00 €	2,00 €	2,00 €			
José Maria Gomes Pereira	Rua Devesalta nº377	4,50 €	4,50 €	4,50 €				
Maria Celeste Alves da Costa	Rua Devesalta	2,00 €	2,00 €	2,00 €	2,00 €			

NOME	MORADA	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
José Sala Teixeira	Viela da Devesalta nº45	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
António José Pinto Lopes	Rua Senhor Varandas	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
Alfredo Alberto da Silva	Rua Senhor Varandas	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
Joaquim Ferreira Ribeiro	Rua interior Devesalta nº105	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
Paulo Fernando Pereira Ribeiro	Rua interior Devesalta nº105	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
Armindo Jorge Teixeira Lopes	Rua Interior Devesalta n.º 379	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
Marilio Ribeiro	Rua Interior Devesalta n.º 379	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
Bruno Joel da Cunha Ribeiro	Rua Interior Devesalta n.º 379	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
Alberto Alves de Carvalho	Rua Interior Devesaltanº110	4,50 €	4,50 €					
Manuel Carvalho Faria	Rua Interior Devesalta	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
Armindo Fernando Pimenta Policarpo	Rua Interior Devesalta	4,50 €	4,50 €	4,50 €				
Sérgio Paulo da Costa Policarpo	Rua Interior Devesalta	4,50 €	4,50 €	4,50 €				
José Joaquim Lemos Teixeira	Rua Interior Devesalta	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
Pedro Fernandes	Rua Interior Devesalta	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
José Joaquim Pereira Teixeira	Rua Interior Devesalta	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
José Maria Gomes Pereira	Travessa da Devesalta	4,50 €						
Alberto Pinto Sousa	Travessa da Devesalta nº 29	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
Maria Celeste Alves da Costa	Travessa da Devesalta	2,00 €	2,00 €					

NOME	MORADA	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Agostinho Dias Ribeiro de Oliveira	Rua 25 Abril	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
Maria Da Graça Oliveira Faria	Rua 25 Abril	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
Florinda Alves Soares	Rua 25 de Abril	2,00 €	2,00 €	2,00 €	2,00 €			
Joaquim Costa Gonçalves	Rua 25 Abril	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
Manuel de Sousa	Rua Além	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
Alexandre Teixeira Ferraz	Rua Cimo Vila	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
José Maria Pereira Ferreira	Rua Cimo Vila	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
Maria Feliza Teixeira Almeida	Rua Cimo Vila	4,50 €	4,50 €	4,50 €				
Adão Manuel Gonçalves de Sousa	Rua Cimo Vila	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
José Teixeira de Miranda	Rua Cimo Vila	4,50 €						
António Pinheiro Gonçalves	Rua Cimo Vila	4,50 €	4,50 €	4,50 €				
Manuel Ferreira Faria	Rua Cimo Vila	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
António Macedo de Carvalho	Rua Cimo Vila	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
Fernando Augusto Teixeira Cunha	Rua Cimo Vila	4,50 €						
José Ribeiro Magalhães	Rua Cimo Vila	4,50 €						
Octávio Augusto Costa	Rua Cimo Vila	4,50 €	4,50 €	4,50 €				
Dilar Maria da Cunha Costa	Rua Cimo Vila	4,50 €	4,50 €	4,50 €				
João Alves Teixeira	Rua Cimo Vila	4,50 €	4,50 €					
Joaquim da Silva Ribeiro	Rua Cimo Vila	4,50 €	4,50 €	4,50 €				
Albino Teixeira Dias	Rua Cimo Vila	4,50 €						
Jorge Manuel Teixeira Pinheiro	Rua Cimo Vila	4,50 €						
Agostinho Teixeira de Almeida	Rua Cimo Vila	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
Maria de Fátima de Jesus Duarte	Rua Cimo Vila	4,50 €						
Cristovão Teixeira de Sousa	Rua Cimo Vila	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
Manuel Pinto Cerqueira	Rua Cimo Vila N.º194	4,50 €	4,50 €	4,50 €				

NOME	MORADA	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Raul de Almeida Fernandes	Rua Cimo Vila	2,00 €	2,00 €	2,00 €				
Fátima Manuela Ribeiro Marinho	Rua Cimo Vila	2,00 €						
Alcina Macedo Pinheiro	Rua Cimo Vila	2,00 €						
Maria de Lurdes Teixeira Ribeiro	Rua Cimo Vila	2,00 €	2,00 €	2,00 €	2,00 €			
Maria Emília de Oliveira Teixeira	Rua Cimo Vila	2,00 €						
Maria Rosa Martins de Sousa Magalhães	Rua Cimo Vila	2,00 €	2,00 €	2,00 €	2,00 €			
José Manuel Ribeiro Almeida	Rua Cimo Vila	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
António Teixeira de Almeida	Rua Cimo Vila	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
Fernando Luís Dias da Costa	Rua Interior Cimo Vila	4,50 €	4,50 €	4,50 €				
Joaquim Sousa David	Viela Cimo Vila	4,50 €	4,50 €	4,50 €				
Manuel Ribeiro Teixeira	Rua 1º Maio	4,50 €	4,50 €	4,50 €				
Maria Isolina Veloso	Rua Marco Simães	2,00 €						
António Joaquim Nogueira Carvalho	Rua Marco Simães	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
José António Coelho de Faria	Travessa do Marco	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
Joaquim Luís de Sousa	Travessa Sta. Marta n.º76	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
António Domingos Meira Teixeira	Travessa Sta. Marta	4,50 €	4,50 €	4,50 €				

NOME	MORADA	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
António Costa Teixeira Sousa	Rua Sta. Marta	4,50 €	4,50 €	4,50 €				
José Maria Teixeira de Faria	Rua Sta. Marta n.º1117	4,50 €	4,50 €	4,50 €				
Camilo Lopes Vaz	Rua Sta. Maria	4,50 €	4,50 €	4,50 €				
António Joaquim Nogueira Carvalho	Rua Sta. Marta	4,50 €	4,50 €					
Mario Fernando Pereira Barqueira	Rua Sta. Marta	4,50 €	4,50 €					
José Manuel Teixeira da Cunha	Rua Senhor das Pedras	4,50 €	4,50 €	4,50 €				
Armando Teixeira	Rua Senhor das Pedras	4,50 €						
Manuel Alves de Carvalho	Rua Senhor das Pedras	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
Armindo Faria	Rua Senhor das Pedras	2,00 €	2,00 €	2,00 €	2,00 €			
Maria José Ribas Fernandes	Rua Senhor das Pedras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	4,50 €			
Mariana Faria Magalhães	Travessa Senhor das Pedras	7,00 €	7,00 €	7,00 €	7,00 €			
Albino Teixeira Faria	Rua Mona	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
José Carlos Freitas Ferreira	Rua Mona	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
Aventino Gomes Ribeiro	Rua São Martinho	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
José Alves Machado	Rua São Martinho	4,50 €	4,50 €	4,50 €				
Miguel Fernando Marinho Teixeira	Rua São Martinho	4,50 €						
Luís Miguel da Costa	Rua São Martinho	4,50 €	2,00 €	2,00 €	2,00 €			

NOME	MORADA	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
António Teixeira	Rua São Martinho	4,50 €						
Carlos Manuel Martins da Fonseca	Rua São Martinho	4,50 €						
Luís Maria de Lemos Martins	Rua São Martinho	2,00 €						
José Amorim Ribeiro	Rua São Martinho nº915	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
António Moutas Ribeiro	Rua S. Martinho	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
Maria Emília Oliveira Faria	Rua S. Martinho	2,00 €	2,00 €	2,00 €				
Jorge Manuel Teixeira Pinheiro	Rua S. Martinho	4,50 €	4,50 €	4,50 €				
Deolinda Bessa Teixeira	Rua S. Martinho	2,00 €	2,00 €	2,00 €	2,00 €			
João Fernando Pinto	Rua S. Martinho	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
António Ribeiro Pereira	Travessa São Martinho	4,50 €	4,50 €					
José Manuel Pinto Ferreira	Travessa São Martinho	4,50 €						
Antônio Manuel Mesquita da Costa	Travessa São Martinho	4,50 €						
João Teixeira da Silva	Travessa São Martinho	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
Adelaide Teixeira da Costa	Travessa São Martinho	2,00 €	2,00 €					
José Teixeira Miranda	Travessa São Martinho	4,50 €	4,50 €	4,50 €				
José Carvalho Lopes	Rua Escalheira	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
João Alberto Cardoso Vieira	Rua Escalheira	4,50 €	4,50 €	4,50 €				
Carlos Teixeira Faria	Rua Escalheira	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
Maria Elsa Ribeiro Lopes Pereira	Rua Escalheira	4,50 €						
Alfredo De Lemos Pinto	Rua Escalheira	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
Maria Alzira Ribeiro	Rua Escalheira	2,00 €	2,00 €	2,00 €	2,00 €			
Umbelina Rosa Teixeira	Rua Escalheira	2,00 €	2,00 €	2,00 €	2,00 €			
Antonio Miguel da Costa	Rua Escalheira	2,00 €	2,00 €	2,00 €	2,00 €			

NOME	MORADA	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Ilidio Fernando Vieira Cardoso	Rua Escalheira	2,00 €	2,00 €	2,00 €				
Deolinda Bessa Teixeira	Rua Escalheira	2,00 €	2,00 €	2,00 €				
Joaquim Luis Martins	Rua Escalheira nº 138	4,50 €	4,50 €	4,50 €	2,00 €			
António Maria Pimenta Faria	Rua Escalheira	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
José Pinto Pereira	Rua Escalheira nº77	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
José Fernando da Costa Freitas	Rua Escalheira nº113	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
Carlos Alberto Lopes da Cunha	Rua Escalheira nº515	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
José Teixeira Mendes	Travessa Escalheira	4,50 €						
Fernando Jorge Pereira Teixeira	Travessa Escalheira	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
Joaquim António Lopes Pinto	Travessa Escalheira Nascente	4,50 €						
José Joaquim Pinto	Travessa Escalheira	2,00 €						
Antonio Fernando Ribeiro	Rua Caçadeira	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
Antonio Manuel Ferreira Russo	Rua Caçadeira	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
Agostinho Aires Ferreira Aires Silva	Rua Caçadeira	4,50 €	4,50 €					
Gracinda da Mota	Rua Caçadeira	2,00 €	2,00 €	2,00 €	2,00 €			
Joaquim da Costa Rosa	Rua Caçadeira nº129	0,00 €	0,00 €	4,50 €	4,50 €			
Ernesto Teixeira	Rua Soutelo	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
José Manuel Ribeiro Almeida	Rua Soutelo	4,50 €						
José Luis Ferreira da Silva	Rua Soutelo	4,50 €	4,50 €					
Maria de Lurdes Sousa Mesquita	Rua Soutelo	2,00 €						

NOME	MORADA	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
António Pereira	Rua Soutelo	2,00 €	2,00 €	2,00 €	2,00 €			
António Pinheiro Teixeira	Rua Gonçalo Mendes	7,00 €	7,00 €	7,00 €	7,00 €			
Joaquim António Ferreira Teixeira	Rua Gonçalo Mendes	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
José Nunes Pereira	Rua Gonçalo Mendes	4,50 €						
Eduardo Filipe Pereira Ferreira	Rua Gonçalo Mendes	4,50 €						
Sidónio Arminde Ferreira Fonseca	Rua Gonçalo Mendes	4,50 €						
Maria de Fátima Faria Ferreira	Rua Gonçalo Mendes	4,50 €	4,50 €	4,50 €				
Jose Antonio Teixeira	Rua Gonçalo Mendes n.º1114	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
José Faria Ferreira	Rua Gonçalo Mendes n.º385	4,50 €	4,50 €	4,50 €				
Eduardo Pereira	Rua Gonçalo Mendes	2,00 €						
António Teixeira	Rua Gonçalo Mendes	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
Fernando Jorge Felgueiras Costa	Rua Gonçalo Mendes nº869	4,50 €	4,50 €	4,50 €				
José Faria Ferreira	Rua Gonçalo Mendes nº 833	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
Carlos Alberto Pereira Teixeira	Rua Gonçalo Mendes nº 1144	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
Maria Augusta Pinto Pereira	Rua S. Simão	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
Aurora Manuela Teixeira Dias	Rua 5 de Outubro	2,00 €	2,00 €	2,00 €	2,00 €			
Luís Pereira Pinto	Rua 5 de Outubro	4,50 €	4,50 €	4,50 €				
Agostinho de Sousa Teixeira	Rua 5 de Outubro	4,50 €						
Miguel Angelo Nogueira da Cunha	Rua 5 de Outubro	4,50 €						
Joaquim Teixeira da Cunha	Rua 5 de Outubro	4,50 €						
Manuel Pinheiro Alves	Rua 5 de Outubro - Refontoura	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
Leonor Teixeira da Cunha	Rua 5 de Outubro	2,00 €	2,00 €	2,00 €				
Manuel de Andrade Pereira	Rua 5 de Outubro	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			

NOME	MORADA	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
João Perreira Ferreira	Rua Souto da Lama nº188	4,50 €	4,50 €	4,50 €				
Sidónio Armindo Teixeira Fonseca	Rua Souto da Lama	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
Rosa Pereira Ferreira	Rua Souto da Lama	2,00 €	2,00 €	2,00 €	2,00 €			
Antonio Filipe Vieira Sampaio	Rua Lamesinhos	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
José Luis Teixeira	Rua Lamesinhos	4,50 €	4,50 €	4,50 €				
José Teixeira Ferreira	Rua Lamesinhos	4,50 €	4,50 €					
António Teixeira	Rua Lamesinhos	4,50 €	4,50 €	4,50 €				
José Meireles Ferreira	Rua Lamas do Conde	0,00 €	0,00 €	4,50 €	4,50 €			
Joaquim de Araújo Teixeira	Viela Maias	4,50 €	4,50 €					
José Maria Silva Ribeiro	Rua Espiúca	7,00 €	7,00 €	7,00 €				
Basilio Carvalho Dias	Rua Espiúca	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
António Maria Sampaio	Rua Espiuca	4,50 €						
Fernando de Sousa Bessa	Rua Espiúca	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
Maria Luisa Faria Pinto	Rua Espiuca nº 120	4,50 €	4,50 €	4,50 €				
Emilia Rosa de Sousa	Rua Espiuca	2,00 €	2,00 €	2,00 €				
Joaquim Araújo Teixeira	Rua da Espiúca	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
Joaquina da Costa Carvalho	Rua Codeçal	2,00 €	7,00 €	7,00 €	7,00 €			
Júlio da Costa Pinto	Rua Codeçal	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			

NOME	MORADA	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Eugénio Fernando Teixeira Fernandes	Rua da Piedade n.º 73	4,50 €	4,50 €	4,50 €				
José de Sousa Teixeira	Rua da Piedade n.º 73	4,50 €	4,50 €	4,50 €				
Casimiro Aires da Silva Loureiro	Rua da Eira	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
Manuel Mesquita Miranda	Rua da Eira	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
José de Lemos Martins	Rua da Eira	4,50 €	4,50 €	4,50 €				
Joaquim Ribeiro de Sousa	Rua da Eira	4,50 €	4,50 €	4,50 €				
Maria Meira da Costa	Rua Mouta n.º52	2,00 €	2,00 €	2,00 €	2,00 €			
António Leite Faria	Rua Mouta n.º52	0,00 €	4,50 €	4,50 €				
Domingos Meireles Ferreira	Travessa da Mouta	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
José Manuel T. Ribeiro	Travessa da Mouta	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
Manuel Ferreira Aires Silva	Travessa da Mouta nº 129	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
Joaquim da Costa Dias	Rua José Coelho Andrade	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
António Carlos Magalhães Ferreira	Rua da Amizade - Várzea	4,50 €	4,50 €	4,50 €	4,50 €			
António Américo Moreira da Costa	Telheira Várzea n.º54	4,50 €						
Maria Emilia Alves Carvalho		0,00 €	4,50 €	4,50 €				
Maria de Lurdes Pinheiro	Cerdeira das Ervas - B. Godim	2,00 €	2,00 €	2,00 €	2,00 €			

Este Regulamento é constituído por 29 páginas devidamente numeradas e autenticadas, incluindo a capa e os seus anexos

O órgão executivo	*O órgão deliberativo*
Em 11 *de* Dezembro *de* 2013	*Em*____ *de*_____ *de*_____